

APRESENTAÇÃO

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.” Karl Marx

Em agosto de 2013 realizamos nosso 10º congresso, precedido de muitos momentos de discussões que envolveram os locais de trabalhos, coletivo de delegados sindicais, aposentados e direção sindical. Fizemos naquele momento o maior Congresso que os municipais de Curitiba já tinham realizado. A participação homogênea do conjunto de delegados congressistas foi um marco importante das discussões, mostrou a maturidade da categoria e a disposição da construção coletiva do modelo de entidade sindical que represente de fato os anseios da categoria.

Três anos se passaram e aqui estamos de volta, desta vez para a realização do 11ª Congresso, nestes dias investiremos nosso tempo para construirmos coletivamente o modelo de Sindicato que queremos para enfrentar os desafios e obstáculos que a atual conjuntura nos impõe, seja na esfera municipal, estadual ou nacional.

Que tenhamos ótimos debates com trocas de experiências e que ao sairmos deste congresso tenhamos a certeza do dever cumprido e a contribuição coletiva para melhoria das relações e condições de trabalho, solidificação cada vez maior do nosso sindicato classista e de luta e, por que não dizer, das relações pessoais e de solidariedade de classe.

Boa leitura! Boa luta!

TESE: UNIDOS NA LUTA VENCEMOS

ANÁLISE DE CONJUNTURA – COMPREENDER O MUNDO EM NOSSA VOLTA ANALISANDO

1. Para entendermos o momento político/econômico que vivemos desde 2008 com a da crise europeia e norte americana em 2008, considerada por alguns economistas como a maior do capitalismo desde a grande crise de 29, é fundamental que entendamos a política econômica imposta pelos países europeus pelo FMI que fizeram com que países como Grécia, Espanha, Portugal e Itália vem sofrendo com uma grave crise financeira, o que eleva o nível de desemprego à 24,5% na Grécia (28,7% entre as mulheres), 21,4% na Espanha (entre as mulheres 22,7%), 12,4% em Portugal (12,7 % entre as mulheres) e 11,3% na Itália (12% entre as mulheres) (Dados de novembro/2015 – Eurostats).
2. Outra consideração importante para a crise é o fato da China decidir priorizar o consumo interno, para escoar sua produção e ainda optar pela desvalorização da sua moeda e pela redução do PIB. A fase de crescimento de dois dígitos acabou. (Segundo o professor do Inspira, Roberto Dumas, mestre em economia chinesa).
3. Neste cenário de crise, temos uma ofensiva conservadora por meio do imperialismo econômico das “grandes nações”, contra os governos latino-americanos não alinhados ao imperialismo e ao programa neoliberal. Isto ocorre em países como Equador, Chile, Honduras e Guatemala. Em todos estes casos, o capital tem financiado e atuado na reorganização da direita no continente, de forma direta ou indireta.
4. A demonstração pratica disso é clara no Golpe do Paraguai, com a deposição do presidente Lugo, e as derrotas no processo eleitoral da Argentina, onde o conservador Macri, assume o governo depois de mais de 10 anos de governo popular e a situação da Venezuela onde a direita fez ampla maioria na Assembleia Legislativa.
5. Para além da crise econômica do capitalismo também e preciso um olhar problemas políticos mundiais que levaram a declarações de guerra em vários países, como Ucrânia, Afeganistão e Líbia, em todos esses, liderados pelo imperialismo norte americano com o intuito de dominar o controle energético e petroleiro desses países.
6. Paralelo a isso é, impossível não retratar a ação do Estado Islâmico e das guerras civis que se instalaram no Oriente Médio. Nesta conjuntura somos praticamente obrigados a fazer um comparativo com a grande crise de 29 que foi um dos motivos da 2ª Guerra Mundial e

depois desta grande ofensiva armada, a economia mundial foi reativada através da indústria das armas. Mais que o custo financeiro a crise e a guerra custaram vidas de milhões de pessoas no mundo que pagaram um preço alto demais, sem se quer serem consultados a respeito.

7. A situação agora é a mesma. A violência O derramamento de sangue efetuado pelo Estado Islâmico, a ofensiva Europeia e Norte Americana ao declarar “guerra ao terror” passa pela percepção de que, a indústria armamentista poderá, assim como após a crise de 29, estimular a economia mundial e reorganizar o Capitalismo.
8. O extremismo religioso imposto pelo Estado Islâmico, não justifica a “Guerra ao terror”. Imposta pelos Estados Unidos e países europeus como França, Irlanda e Noruega. A investida destes países aliados tem provocado guerras civis na Síria e no Líbano e, segundo a ONU levou 59,5 milhões de pessoas a abandonar sua terra natal, causando assim um desequilíbrio na taxa migratória e a maior A reação à entrada destes migrantes não ocorreu de forma homogênea e em alguns casos foram hostilizados no caso da a França, Hungria e Reino Unido que chegaram. A fechar suas fronteiras e possuem uma rígida política de fiscalização. A trajetória desde a saída de seus países até um lugar seguro leva dias, as vezes meses, muitos ficam pelo caminho e faz com que o número de mortos seja crescente a cada dia.
9. Para além da questão migratória a crise também fez com que o desemprego e a dívida pública dos países da zona do Euro. Embora a moeda continue forte sinais de declínio na união europeia começa a ganhar corpo, especialmente com o resultado do plebiscito inglês que aprovou a saída do país da zona do euro e o retorno da moeda própria.
10. A resposta governamental para enfrentamento da crise tem sido a implantação de programas econômicos austeros e alterações nas legislações trabalhistas que apontam para reformas na previdência, como no caso da França, fato que tem gerado inúmeras mobilizações, algumas inclusive com repressão violenta por parte do governo.
11. Frente a esta situação podemos constatar que a classe trabalhadora continua a pagar um alto preço imposto pela crise do capital. Por outro lado, podemos observar diversas formas de resistência mundo afora.

CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil: Balanço de treze anos de governo popular ao golpe político.

12. Depois de mais quinze anos da abertura política no Brasil o partido dos Trabalhadores/as (PT) chega à presidência da república por meio de uma ampla Frente Política, que garantiu o vencer nas urnas, entretanto teve influencias significativa dos partidos aliados e mesmo com o projeto popular construído pela social brasileira teve que implantar um programa neodesenvolvimentista. Este programa atendeu a diversos ramos da burguesia nacional, a principal força dirigente no interior dessa Frente.
13. Mesmo com essa conformação, a classe trabalhadora conseguiu alcançar muitas conquistas sociais e as políticas públicas passaram por significativas transformações., na economia o Estado ampliou seu papel e houve avanço na pauta trabalhista, com especial destaque ao ganho real do salário mínimo e programas como PROUNI, FIES, minha casa minha vida e bolsa família.
14. É inegável a melhoria social e econômica que tivemos nesse período entretanto a crise mundial também afetou os países da América do sul e os chamados países em desenvolvimento o que consumiu muito esforço e dedicação do governo, o que levou em alguma medida, ao não enfrentamento por parte dos governos do PT, de setores da burguesia e conseqüentemente levou o governo a uma política de conciliação que acabou por não implantar as reformas populares e estruturais, propostas pelos trabalhadores..
15. O processo eleitoral de 2014 deixou claro que a política de conciliação estava fadada ao fracasso e a elite brasileira começo a claramente se manifestar e pressionar o governo Dilma que acaba por ceder à pressão neoliberal por ajustes. E, quanto mais o governo cedia, mais imobilizava sua base de apoio e dava chance para o avanço do golpismo, perdendo sua base militante e com o grave risco de perder sua base social.
16. Desde o primeiro dia da posse do segundo mandato do governo Dilma a direita brasileira colocou como meta a derrubada do governo democrático popular ,e dava clara manifestação ao desrespeito as urnas que elegeu com cinquenta e quatro milhões de votos a Presidenta Dilma Russef e em 2015 este processo é acelerado , a partir diversas denúncias vazias que

culminam com o golpe político do intimam .não há dúvidas sobre a conduta da presidenta, inclusive com manifestação do Ministério Público pelo arquivamento do processo das pedaladas fiscais , por não haver crime algum de lesa pátria. O golpe representa para toda a esquerda uma grave derrota ideológica, retrocede nas conquistas sócias e leva ao retorno da criminalização da militância de esquerda e dos movimentos social e sindical.

- 17.** O momento político realmente e muito difícil de entender pois apresenta um processo de impeachment da presidenta num prazo célere mas não tem a mesma medida quanto ao processo de cassação do presidente da câmara Eduardo Cunha,(PMDB) que é réu em processo de corrupção e lavagem de dinheiro e na casa legislativa reponde por crime de falta de decoro parlamentar , ao mentir durante sessão oitiva de forma A partir da medida autoritária de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e mesmo sob investigação foi quem acatou a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, este processo evidenciou e polarizou a luta de classes no país.
- 18.** A conduta do então presidente da Câmara e o caráter do Congresso Nacional tornam ilegítimo o sistema político e mostra de forma clara os interesses em jogo no o Congresso. O apoio das instituições do empresariado brasileiro, com investimentos pesado em campanhas publicitarias e de mobilização, com o discurso de pôr fim a corrupção e aos altos impostos, torna se tão forte que foi capaz de levar o senso comum despolitizado às ruas com discurso de colocar fim na corrupção
- 19.** Neste cenário a esquerda começa em 2015 um processo de aglutinação e insta lá a Frente Brasil Popular e Povo sem Medo que surgem como a principal trincheira de resistência com mobilizações massivas e exitosas do dia 16 de dezembro, um recado contundente de que contra o golpe haveria luta.
- 20.** Mas mesmo com esta força vinda das ruas o governo não conseguiu forças suficiente para uma reação e na tentativa de sustentação política opta por ceder à pressão de setores conservadores da sociedade e envia ao congresso projetos que não tem apoio popular e não foram discutidos com a classe trabalhadora.
- 21.** Mesmo o governo tendo cedido, a classe trabalhadora ido as ruas, os movimentos não foram suficientes para garantir o processo democrático de direito e o impedimento da presidenta foi colocado em pauta no congresso, ela e afastada e assume o vice Michel Temer, 'INTERINAMENTE', sob forte rejeição popular.

22. Em uma de suas primeiras medidas apresenta um ministério formado por homens brancos e de média de idade acima dos 40 anos, extingue ministérios sociais como da igualdade racial, assistência social, direitos humanos e Cultura.
23. A resistência aumenta e no Brasil inteira começam os movimentos e mobilizações, especialmente na área da Cultura com o movimento "OCUPA MINC", a Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras se manifesta em defesa da democracia e não recolhesse o governo interino por entender que processo de impeachment sem crime é golpe e decide também não sentar com este governo em espaços de construção coletiva.
24. Ao mesmo tempo que é preciso lutar em favor da democracia, se faz necessário que a classe trabalhadora se mobilize para impedir que a pauta reacionária que tramita no Congresso avance. Projetos como PL 257, 341, reforma da previdência, privatização do pre-sal, aumento da DRU desvinculação de receitas, redução da maioria penal, e alteração da lei do trabalho escravo e o conjunto de medidas apresentadas pelo **governo** interino de TEMER.
25. A queda nos avanços da classe trabalhadora é notória ao também analisarmos as negociações salariais. De 93% das negociações salariais obtendo ganho real em 2012, em 2015 o patamar alcançado foi de apenas 63%, de acordo com o Dieese. Mesmo no funcionalismo público o desafio colocado é de manter os salários em dia, coisa que já não está ocorrendo em alguns estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do sul.
26. O problema da dívida pública deve ser enfrentado, mas não da maneira como vem acontecendo nos últimos tempos, com taxas de altas de juros, política de superávit primário que obriga economia de investimentos a serviço do pagamento de juros. Este pagamento, seja dos juros ou a rolagem da dívida consomem boa parte do orçamento Brasileiro a cada ano.
27. O pagamento da dívida pública não deve ser considerado uma obrigação legal, se faz necessário uma auditoria nesta conta, a proposta apresentada no Congresso Nacional deve ser recolada em pauta, a política econômica deve ser realinhada e implantada uma nova política fiscal que taxe as grandes fortunas e tenha um olhar de justiça fiscal desonerando a classe trabalhadora. Não é possível que a especulação continue fazendo dos bancos o setor com maior lucro dos setores econômicos brasileiro.
28. A concentração das grandes fortunas e da mídia nas mãos de poucas famílias oligárquicas não contribui para a melhoria de vida dos e das trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Os

sindicatos e movimentos sociais devem continuar na luta o que traz também o desafio sobre como mobilizar as bases sindicais frente aos ataques diários que sofremos.

- 29.** A mudança do sistema político é outro ponto de urgência tratativa pelos movimentos sociais e sindicais, pois, o congresso tem deixado o país refém das chantagens de alguns parlamentares, com Eduardo Cunha, possui pouca representatividade do povo, um congresso machista formado da maioria de homens brancos quando nossa população é maioria mulheres e negros e negras. Uma Câmara formada por latifundiários, empresários e religiosos com pouca participação de trabalhadores e trabalhadoras.

UM OLHAR PARA O PARANÁ

- 30.** A reeleição de Beto Richa com quase 56 % dos votos no primeiro turno das eleições de 2014, não foi o bastante para garantir sua imagem de bom moço, que seguia o caminho do pai. Esta imagem caiu por terra logo no início do segundo mandato, em 2015 com a forma truculenta que aplicou o ajuste fiscal no Paraná.
- 31.** Este ajuste (necessário, segundo ele, pelo déficit de bilhões de reais) traz como medidas principais o aumento de ICMS que passou de 12% para 18 a 25% para aproximadamente 95 mil itens. O IPVA teve aumento de 40%, e a transferência de R\$ 8,5 bilhões de reais do Paraná Previdência ao caixa do governo. Estas medidas fizeram do Paraná um dos estados com maior índice inflacionários do país,
- 32.** Outra medida de início de governo foi a demissão de 33 mil servidores temporários, os chamados PSS, sem qualquer reposição por estatutários. Em contrapartida aumentou a contratação de cargos comissionados em 349% em relação ao governo anterior o que gerou uma dívida de R\$ 4,6 bilhões e também aumentou em cerca de 600 milhões em gastos publicitários.
- 33.** Beto Richa, nunca cumpriu a legislação seja a lei de responsabilidade fiscal, que levou ao bloqueio de empréstimos do governo federal, seja as leis federais de vinculação de receitas, como no caso da saúde que não aplicou os 12% na saúde, o que levou o conselho estadual de saúde a ter manifestações de reprovação de sua prestação de contas.
- 34.** A prestação de contas da saúde referente ao ano de 2015 foi rejeitada por 12 votos, ente eles o da Fessmuc, a sete no Conselho Estadual de Saúde, por ter aplicado apenas 9,9% dos

recursos que deveriam ser de 12% e ainda tentou justificar colocando despesas como fardamento do corpo de bombeiros e programa leite das crianças como despesas com saúde. Estes fatos foram objetos de denúncias ao Ministério Público da Saúde.

35. O sucateamento e a falta de investimentos do governo de Richa também pode ser observado na educação com cortes no orçamento, dificuldades nos repasses às escolas e universidades estaduais. O Sindicato estadual de professores (APP-Sindicato) também denuncia a perseguição realizada nas escolas depois dos períodos de greve. E com a Operação Quadro Negro, fica apontado um esquema no qual existe desvio de dinheiro para financiamento de campanha na construção de escolas.
36. Mas nenhuma ação do Governo Beto Richa se compara a falta de habilidade política, truculência e ação ditatorial, quanto as medidas tomadas durante a greve do serviço público estadual, onde o governador e seus aliados protagonizaram o maior massacre a servidores públicos da história do estado e do país, no dia 29 de abril de 2015.

ANÁLISE DE CONJUNTURA MUNICIPAL

37. Nós trabalhadores/as do serviço público municipal de Curitiba somos cientes que a crise atual é grave e estrutural e que seus efeitos se fazem sentir, diretamente no nosso bolso a cada mês onde vemos nosso poder de compra diminuído e nosso salário se diluindo. Contribuindo negativamente no cenário, o STF baixou súmula vinculante 42, que declara inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimento de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
38. O processo eleitoral de 2012 trouxe esperança para o conjunto dos servidores e servidoras municipais, depois de 25 anos sob o comando do mesmo grupo político, o então prefeito Luciano, se quer passa para o segundo turno, com uma diferença de menos de cinco mil votos, o que levou alguns servidores a terem a certeza de que a falta de apoio dos servidores o levou a esta situação.
39. No início da Gestão Fruet, tudo indicava que a esperança de dias melhores para todos e todas do serviço público municipal de Curitiba se transformaria em realidade, no mês de março foi incorporado R\$100,00 para todos os servidores, também fizemos a maior negociação de greves da história do Sismuc, entretanto logo a esperança dá lugar a

desconfiança, pois a PMC opta por aplicar a política de ação setorial e exclui os trabalhadores da Saúde de incorporação de gratificação.

40. Com relação a cidade a Gestão também decepciona, na campanha Fruet se comprometeu a enfrentar a “máfia” do transporte coletivo e abrir a chamada caixa mágica da URBS e empresas dos transportes, mas de fato não fez o enfrentamento. Também prometeu e não cumpriu o enfrentamento a questão do ICI Instituto Curitiba de Informática.
41. Na educação fechou berçários na educação infantil, não implementou a escola integral e o passe livre para estudantes se quer foi discutido a viabilidade, permanecendo a política excludente do cartão transporte.
42. Investiu dinheiro público em estádio de futebol privado, não efetivou estudos de melhoria do transporte coletivo, a política de habitação não teve nenhuma proposta nova que não fosse a construída pelo governo federal com o Minha Casa Minha Vida.
43. Com relação a política da cultura, permaneceu na adoção de contratos e convênios, não investiu na melhoria da infraestrutura do patrimônio cultural da cidade, deixando prédios históricos como o Solar do Barão, comprometidos estruturalmente, o que pode a qualquer momento levar nossa cidade a perder esta memória arquitetônica da cidade.
44. Na saúde a gestão é marcada pelo fechamento de unidades de especialidades como o amigo especial, unidade do idoso e mãe curitibana que passaram a ser unidades de atenção básica. Para finalizar esta breve análise de conjuntura podemos afirmar que independente da esfera de governo, ou situação geográfica a luta de classes persiste desde os mais lógicos lugares as grandes metrópoles e só a unidade da classe trabalhadores, dos homens e mulheres do campo e da cidade é capaz de resistir e construir um modelo de sociedade que busque o fim da exploração do homem pelo homem e possa vir a ser justa para com todos e todas.

POLITICAS SINDICAIS

ORGANIZAÇÃO E RELACÕES SINDICAIS

45. O início do ano de 1980, no final da ditadura militar, os trabalhadores iniciaram um movimento em busca de uma nova forma de organização, os sindicatos. O tipo de sindicalismo saído da ditadura vinha carregado do velho corporativismo varguista e outras formas de submissão ao Estado, instaurado em 1964, hoje podemos classificar a identidade

sindical em três formas diferentes de atuação: Os sindicatos que representam mais claramente os interesses do governo/patrões, os chamados *colaboracionistas* ou chapa-branca; os que, em determinada conjuntura, apresentam certo grau de combatividade, mas o fazem a partir de uma pauta quase exclusivamente econômica - se aproveitando das crises e das agendas eleitorais para arrancar do governo as melhorias imediatas - esses chamados de *corporativistas* e a terceira conduta sindical que são os sindicatos de *resistência*, que se apresentam à um enfrentamento mais claro e efetivo do Estado.

46. Esse modelo de sindicato onde vê o movimento sindical como um meio importante para que os trabalhadores denunciem e combatam o capitalismo e suas mais claras manifestações, buscam sempre em seus programas estratégicos destacar as questões de médio e longo prazo, entendendo que aquelas entidades que lutam apenas pelas questões imediatas acabam por garantir ao governo um certo grau de legitimidade.
47. O populismo que marcou a era pós golpe Militar, e mesmo o sindicalismo de subordinação, praticado durante os “Anos de Chumbo” da ditadura, acabou por destruir boa parte das expectativas e desmobilizou importantes bases sindicais. Estes acontecimentos colaboraram para o afastamento dos sindicatos dos movimentos sociais. É por força do modo como se organizam os movimentos sociais que estes são a expressão mais pura da luta de classes, a unidade pela ação e pelos propósitos; movimentos que conseguem, com as suas bandeiras, sintetizar e aglutinar os esforços e esperanças de todo um setor de excluídos.
48. Após o regime militar, os sindicatos que mantinham atividades políticas para além das pautas corporativistas, sofreram uma forte ofensiva dos governos neoliberais. O processo de desmoralização das entidades, as perseguições, a criminalização e a judicialização das questões envolvendo as atividades sindicais em setores combativos à política vigente eram uma prática comum. Sendo que os servidores públicos exerceram um papel fundamental neste período, de resistência ao estado repressor e em defesa da democracia e liberdades civis. Entre as atividades de um sindicato sempre esteve bem claro o papel deste se posicionar diante às questões sociais e retiradas de direitos como previsto na Seção II do Art 2º do Estatuto do Sismuc “*j) lutar em defesa das liberdades individuais e coletivas, pela justiça social e pelos direitos fundamentais do homem*”.
49. Podemos analisar brevemente os recentes acontecimentos no estado mexicano de Oaxaca, no ano de 2006. Uma greve da educação, promovida pela 22ª seção sindical, acabou por determinar a ocupação da praça central da capital do estado. Oaxaca parecia ser palco de apenas mais uma de muitas outras manifestações, mas com a aproximação da seção sindical

dos movimentos sociais da região acabou por formar a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) um grande exemplo de organização e enfrentamento as políticas vigentes.

50. Outro problema é a ideia de que “o sindicato é um braço de determinados partidos políticos”, onde o primeiro executa e o segundo pensa as políticas de médio e longo prazo, tal lógica acaba justificando, inclusive, o afastamento da base que acaba por não ter clareza entre o papel de quadro partidário e de liderança sindical. O entendimento que temos é o de que a organização dos trabalhadores é indivisa, não se podem separar as instâncias política, econômica e social, sendo que o ato de pensar não pode estar desvinculado do ato de fazer e que o programa da classe tem que partir dela própria, do acúmulo de suas experiências na luta por uma sociedade livre. O papel da ideologia, entretanto, é fundamental, pois o debate de ideias no interior do sindicato se faz necessário, mas tal debate deve obedecer aos fóruns organizativos e com eles dialogar.
51. Com o princípio que a ideologia deve servir à classe e não o inverso, são os trabalhadores que mudarão as coisas. Assim sendo um sindicalismo que faça opção tácita por qualquer ideologia não contribui para a autonomia dos trabalhadores, pois se assim fosse estaria fazendo papel de partido e não de entidade de classe.
52. É fundamental hoje para os sindicatos a construção de uma agenda que possa articular seus interesses mais imediatos às lutas dos trabalhadores em geral, como um instrumento de mudança social, na defesa de sua autonomia frente aos partidos políticos, na ideia da construção de um sindicalismo ‘de base’, agressivo, sem burocracia e de uma transformação radical e efetiva da sociedade.
53. Hoje as ações radicais ganharam “caráter” de crime contra a segurança nacional, em contrapartida medidas oficiais em “benefício dos trabalhadores”, desmobilizou boa parte da categoria e consolidou o Estado como árbitro de todos os litígios nas relações de trabalho. A criminalização das entidades sindicais, no entanto não é apenas um resgate histórico, vivemos hoje o mesmo enfrentamento, revestido de uma falsa liberdade democrática e de autonomia das entidades sindicais. Com a força da grande mídia, o sindicalismo está sendo vítima de uma espécie de judicialização, muito prejudicial aos trabalhadores. O Ministério Público tem intervindo nos sindicatos de forma inconstitucional e descabível. Tornando necessário - mais do que nunca - que os legítimos representantes dos trabalhadores, os sindicatos e principalmente as centrais sindicais, tomem uma atitude para mudar essa realidade, como a regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção 158 da OIT.

54. Outra questão a ser tratada, é o número cada vez maior de ações judiciais na esfera das relações de trabalho. Uma das funções mais importantes do movimento sindical é a de afastar o poder normativo da Justiça das relações trabalhistas, mas o que temos visto é o contrário cada mobilização mais percebemos a busca do movimento sindical pela intervenção judicial, o que vai à contramão ao poder de mobilização e de pressão dos sindicatos, pois tira a decisão da mão da categoria, colocando-a na de um juiz. O que chama a atenção é que essas decisões partem de um judiciário que parece usar dois pesos e duas medidas para as questões sindicais. E esse é o grande risco da judicialização das questões de relação de trabalho, o que se tem visto é que na maioria absoluta dos casos, quem sai prejudicado é a classe trabalhadora. Basta ver recentemente as decisões nas greves do estado e no município onde prevaleceram decisões determinando retorno ao trabalho e imposição de multa aos sindicatos que descumprissem essas determinações. É a chamada judicialização das lutas, que é a interferência de um poder de Estado para tutelar à ação sindical. O que se espera é que o sindicato busque autonomia de verdade para a classe trabalhadora e deixe de apenas administrar os problemas e transferir as decisões para a Justiça.
55. A atividade política e militante e a defesa de interesses dos trabalhadores e sociedade sempre estiveram presentes na luta do SISMUC, enquanto entidade combativa e questionadora, sendo assim, o SISMUC desde a sua fundação está filiado à Central Única dos Trabalhadores, importante, entre outros aspectos, por unificar a luta dos trabalhadores dos diferentes segmentos. Defendemos os princípios CUTistas da liberdade, autonomia e independência do movimento sindical frente ao Estado e partidos políticos. Sendo assim, nosso Sindicato também tem se pautado no entendimento do direito à livre organização e sustentação da luta dos trabalhadores pela construção dos próprios trabalhadores, com decisões tomadas coletivamente pelo conjunto dos Municipais nas instâncias estatutárias do Sindicato. E a luta pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical e a negociação coletiva para toda classe trabalhadora brasileira da iniciativa privada e do serviço público.
56. Ao longo de nossa história temos lutado e defendido uma organização unitária e classista que seja capaz de garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão de seus filiados, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores e seja garantida plena unidade de ação.

57. Defendemos um modelo de Sindicato laico, desvinculado dos credos e instituições religiosas ou quaisquer organismos de caráter programático ou institucional e que nestes pilares sustentarão suas lutas e suas conquistas. Temos como princípio que a unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos trabalhadores e trabalhadoras e combatemos qualquer forma de unicidade imposta por parte do estado, do governo ou agrupamento de caráter programático ou institucional.
58. Solidarizamos com todos os movimentos da classe trabalhadora, em qualquer parte do mundo, desde que os objetivos e os princípios desses movimentos não firam os princípios estabelecidos em nosso estatuto e desta forma temos mantido a unidade de ação e relações com o movimento sindical, desde que seja assegurada a liberdade e autonomia de cada organização. Deste modo a defesa do sindicato classista deverá apontar para um horizonte de ação que vislumbre a unidade de todos os trabalhadores do município de Curitiba, nesse sentido, o SISMUC deve configurar-se como um sindicato cujas ações sejam sempre empenhadas em prol da classe trabalhadora, não sendo, portanto, um espaço para práticas individuais, personalistas ou que tragam unicamente vantagens pessoais para quaisquer de seus membros, dirigentes ou de base.
59. A luta pela unidade da classe trabalhadora passa necessariamente por uma Central organizada e neste sentido a CUT tem sua organização por agrupamentos em federações e confederações, constituídas em ramos de atividades, com diferentes graus de estruturação e organização. Dentre eles destacamos: Ramo financeiro (CONTRAF), metalúrgicos (CNM), químicos (CNQ), construção civil e madeira (COMTICM), seguridade social (CNTSS), transportes (CNTT), alimentação (CONTAC), comércio e serviços (CONTRACS), vestuário (CNTV), educação (CNTE), telemática (CNTTI), orbitários (FNU) e nós estamos no ramo dos servidores municipais com a CONFETAM.
60. Assim sendo, torna-se indispensável, dada a conjuntura com a qual nos deparamos, participar efetivamente da CONFETAM (Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais) como forma de fortalecer nossa luta no aspecto nacional, construindo também a organização dos servidores municipais no estado do Paraná, através da nossa federação, FESSMUC-PR (Federação dos Sindicatos dos Servidores Municipais CUTistas do Estado do Paraná).
61. Na outra ponta, se torna de suma importância fortalecer as organizações locais através da garantia da eleição de representantes por local de trabalho, que assegurarão a discussão e a participação ativa dos servidores nas instâncias deliberativas que organizam a luta da classe

trabalhadora. Para a consolidação dos princípios CUTistas que defendemos, a publicitação das informações sobre os direitos conquistados e as bandeiras de lutas dos servidores em todos os locais de trabalho, precisamos de uma comunicação que dissemine as ideias de forma intensa e qualificada na nossa base. Devemos buscar a consolidação através da formação política dos representantes, tornando-os mais preparados para formarem a consciência de classe trabalhadora do serviço público municipal.

62. Temos ainda que superar a consciência ingênua de muitos servidores que não estão totalmente convencidos de que simplesmente conversando com a administração municipal, não teremos nossas reivindicações atendidas, pois se trata claramente de um conflito de projetos políticos e não de convencimento, sendo indispensável a luta e nesse sentido defendemos um serviço público de qualidade e precisamos dialogar também com a população da cidade para conquistar o apoio da sociedade para nossas causas. Ao mesmo tempo, em nossa inserção nos fóruns de políticas públicas e conselhos representativos do controle social, devemos somar esforços com o movimento popular para intervir de forma positiva na construção de uma cidade justa para todos.
63. Nosso espaço de atuação nos coloca em posição privilegiada para debater os problemas da cidade e discutir coletivamente as possíveis soluções, em contraponto aos grupos políticos que se revezam na administração municipal e enxerga a prefeitura como um escritório privado de arquitetura, engenharia e marketing, onde os prefeitos que se sucedem brigam para fazer uma obra mais faraônica do que o anterior, sem ouvir as demandas da população que vive e mantém a cidade.
64. Como instituição representativa dos trabalhadores, devemos estar comprometidos com questões muito além das corporativas (discussão de gênero, etnias, reforma agrária, reforma urbana, raças, LGBT), onde o horizonte que buscamos seja alcançar a transformação da sociedade, com a real democratização. Sempre apontando para uma sociedade onde não exista a exploração de um homem sobre o outro, uma sociedade socialista. Assim nossa participação junto a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) deve ser reforçada, levando a pauta do movimento popular para toda a categoria e participando das mobilizações conjuntas.
65. Nossa participação nos conselhos representativos de interesse da categoria é também um ponto que precisa ser avaliado. Sobre esta questão vale a pena à reflexão sobre o ocorrido em 1999, quando o IPMC sofreu alteração e por força de lei, transformou-se no instituto de aposentadorias e surgiu o ICS, para prestar assistência à saúde dos servidores. Para a decisão

de participar dos conselhos de administração e fiscal das duas entidades ocorreu um plebiscito na categoria e por 90% dos votos decidiu-se que deveríamos participar, ainda que em minoria e sem poder de definir no voto as decisões das duas entidades. De positivo há a possibilidade de ter acesso às informações, imprescindíveis para que possamos fiscalizar a atuação das administrações de ambos os institutos, denunciando à categoria e decidindo ações para atender aos anseios de todos os servidores. Defendemos desde o princípio que os institutos sejam dirigidos por um conselho composto de forma paritária, garantindo igual representação da administração, dos trabalhadores ativos e dos aposentados. Desde então os conselheiros representantes dos trabalhadores são indicados pelo SISMUC e SISMMAC, para uma vaga titular e um suplente no conselho de administração e outra no conselho fiscal. Desde 2003 temos atuado de forma conjunta com o SISMMAC, de modo que cada sindicato indica um titular e o outro um suplente para cada conselho, referendado por assembleia. Assim compartilhamos as decisões e trabalhamos por construir uma cultura de participação dos trabalhadores no que de fato é seu por direito. Os conselheiros indicados desempenharam sempre um papel exemplar no que se refere à fiscalização e encaminhamentos de proposições. Até aqui entendemos como positiva essa intervenção, por menor que possa ser nosso único voto, nossa presença tem garantido o acesso a informações e a imediata reação, além de tornar público, tudo o que possa interferir na vida dos servidores e servidoras.

66. Atualmente o SISMUC tem participação através de seus dirigentes e/ou sua base na direção da CUT Paraná, CONFETAM, FESSMUC e DIEESE, instancias do movimento sindical onde temos levado nossas contribuições no sentido de unidade da luta da classe trabalhadora e onde também apresentamos as questões específicas dos MUNICIPAIS de Curitiba. Paralelamente também temos garantido a participação do Sismuc no controle social das políticas públicas através dos Conselhos da Assistência Social, de Saúde, do Instituto de Previdência (IPMC), do Instituto Curitiba de Saúde (ICS), Conselho Municipal de Educação, do Idoso, da Mulher, sendo que em todos estes espaços temos marcado nossa atuação pela defesa intransigente dos interesses dos servidores municipais, executores destas políticas e também pela luta de qualidade nos serviços públicos. Na área da organização social, o sismuc participa do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, Fórum Municipal e Estadual da Educação, Frente Nacional em Defesa da Seguridade Social e da Frente Brasil Popular, e através destas organizações temos procurado cumprir os princípios democráticos estabelecido no nosso Estatuto. Ao longo de sua historia o SISMUC construiu

um patrimônio imaterial de valor incalculável e marcando a nossa sociedade como uma entidade de luta, classista e solidaria. Este patrimônio é o resultado da luta de todas as direções sindicais que passaram pela entidade desde sua fundação e até mesmo em um tempo anterior quando funcionávamos apenas como associação sendo esta também uma conquista de toda a categoria que não se exime de seu papel e tem participado de forma ativa de todas as nossas lutas.

Formação Sindical:

67. Precisamos retomar o poder de mobilização da categoria para que nenhum direito seja retirado, para que todas as conquistas sejam respeitadas, todo acordo cumprido e nenhuma voz calada. Com esse pensamento se faz necessário construir uma estratégia formativa do SISMUC com o objetivo de instrumentalização da direção da entidade com o fortalecimento e ampliação da representação sindical a partir do local de trabalho. Pois, apenas com sindicalizados e sindicalizadas conscientes e preparadas vamos avançar na organização, na mobilização e construção, visando ampliação da luta dos trabalhadores.
68. A concepção de formação consistente, aliada a uma metodologia popular, consegue a realização de uma formação de base sólida se tornando fundamental para encarar os desafios do dia a dia dos locais de trabalho. Também precisamos ter uma formação temática e pragmática, que consigamos atender as necessidades urgentes nos tornando preparados para lidar com as angústias e dúvidas dos servidores da PMC em sua vida cotidiana e funcional.
69. O Debate sobre a inclusão social e combate à discriminação, que tratam as reivindicações de gênero, raça, etnia, orientação sexual, juventude e trabalhadores (as) com deficiência, é um excelente instrumento de mobilização, organização e conscientização da base sindical. Essas são reivindicações dos movimentos sociais historicamente excluídos e marginalizados da sociedade brasileira. Bandeiras essas que expressam o caráter contraditório da sociedade que precisa ser abordado e entendido para que nós, como executores da política pública, possamos atender em sua plenitude as necessidades da população usuária dos serviços.
70. O processo de formação é uma premissa para o bom desenvolvimento e efetivação das conquistas da categoria, pois é necessário que cada um sinta-se ator e autor da história coletiva que o sindicato representa. A participação efetiva em formações voltadas a concepção da prática sindical e seus

desafios de implantação são primordiais para a superação do desenvolvimento de uma política que acolha a todos considerando seus diferentes saberes e pensamentos distintos.

71. Logo é preciso uma estratégia neste processo que acolha os formandos e consiga aliar o que os une de maneira a extrair de cada pessoa um senso crítico e analítico sobre a conjuntura a qual se encontra e estratégias para avançar na luta sindical coletiva. Diante deste desafio, a formação sindical se lança no desafio de formar cidadãos conscientes de sua participação na sociedade em uma disputa de hegemonia contra os sistemas formais e tradicionais de aprendizado para o mercado de trabalho.

Organização por Local de Trabalho:

72. Vem de longa data o debate sobre organização sindical dos trabalhadores do serviço público, sobre a melhor forma de debater com a base e principalmente, a melhor forma de nos organizarmos. Porém, um elemento neste debate é unânime: os trabalhadores municipais são os servidores públicos com o maior potencial de crescimento entre os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Há municípios pequenos com sindicatos sem estrutura ou sem sindicatos e que em nada alteram a correlação de forças com prefeitos, além de um crescente ataque aos direitos dos dirigentes sindicais.

73. Nesse quadro pouco favorável para dirigentes e trabalhadores e trabalhadoras, veio amadurecendo a ideia de se organizar nacionalmente, para que de forma eficiente pudéssemos intervir nessa situação colaborando para o crescimento da condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras municipais.

74. Os patrões e os governos sempre temeram e buscam bloquear a organização nos locais de trabalho, utilizando-se da difusão do medo, da divisão e cooptação dos trabalhadores e trabalhadoras. O esforço para afastar o sindicato dos locais de trabalho, frequentemente, surge na tentativa de proibir a entrada de dirigentes sindicais, na retirada de jornais e cartazes de murais, e pela aplicação de outras medidas de cunho repressiva. Esta preocupação dos patrões em criar obstáculos para a organização dos trabalhadores/trabalhadoras revela o receio quanto à possibilidade do aparecimento, mesmo embrionário, de novas formas de poder nos locais de trabalho, que vem a contestar a autoridade e o controle do processo de produção. O fortalecimento do sindicato está diretamente relacionado à sua capacidade de se enraizar nos locais de trabalho.

75. A Organização por Local de Trabalho (OLT) é um dos desafios a serem superados na luta cotidiana, se tornando essencial conhecer todos os locais profundamente, as novas formas de

organização dos processos de trabalhos e seus mecanismos de exploração e perseguição, estabelecendo formas de resistência e enfrentamento dos trabalhadores e das trabalhadoras, se tornando tarefas fundamentais para o salto de qualidade na nossa luta.

76. O princípio da organização é dentro dos nossos locais de trabalho, onde estabelecemos laços de amizade e solidariedade com os colegas, lugar onde sofremos na pele as consequências das péssimas condições de trabalho e a pressão da prefeitura e da população pela prestação de serviços de qualidade, que muitas vezes, por condições precárias, não conseguimos oferecer. É nesses locais que sofremos as diferentes formas de “pressão” das chefias que vão desde os “pedidos de favores” para além de nossas atribuições e que nos sobrecarregam, até as manifestações escancaradas de assédio moral.
77. O Sismuc tem como princípio buscar o diálogo permanente com os trabalhadores/trabalhadoras de base, através de reuniões ordinárias, coletivos por secretarias ou categorias e os membros da diretoria do sindicato, sendo que ação que queremos é ampliar nossa organização e para isso precisamos elencar quais as amarras que dificultam a OLT. Na iniciativa privada, os trabalhadores condicionam sua “imobilidade” ao medo da demissão, e nós do serviço público, que temos estabilidade, porque aceitamos reajustes ilusórios e opressão?
78. Nossa experiência mostra que locais de trabalho onde tem OLT consolidada coíbem casos como abusos de chefias e outros problemas não acontecem, pois, a categoria se organiza, se comunica com o sindicato e desenvolve ações para impedir abusos da administração.
79. O poder é uma relação social, portanto não é uma coisa que pode ser agarrada ou algo existente na cadeira de quem ocupa algum cargo. O poder se define através de um conjunto de relações políticas, econômicas, sociais, institucionais, ideológicas e militantes, que expressam a correlação de forças sócias presentes em uma determinada sociedade. A classe social que detém o poder econômico na sociedade capitalista: *a elite* torna-se politicamente dominante através do poder do aparelho de Estado. É ingênuo não perceber o caráter de classe do Estado capitalista. Ou seja, os patrões, além de dominarem os locais de trabalho, dominam também a sociedade como um todo.
80. A principal ferramenta de resistência e luta dos trabalhadores/trabalhadoras é a nossa organização. Toda conquista sempre resultou do enfrentamento coletivo dos trabalhadores e não será de outra forma que modificaremos a precariedade de nossas condições de vida e trabalho.

Comunicação Sindical: o quebra cabeça da comunicação hegemônica e a peça sindical

81. A concentração de poder da mídia na mão de poucas famílias é um dos flancos a serem enfrentados para o avanço da comunicação popular e sindical. De acordo com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), apenas 11 famílias controlam os principais meios de comunicação brasileiros. Somado a isso temos cerca de 25% dos senadores e 10% dos deputados sendo donos de concessões de rádio e televisão. Esse quadro impõe restrições ao conteúdo transmitido, o qual expressa somente a vontade dos detentores das concessões de emissoras, deixando de lado os interesses da população. Famílias como os Marinhos (donos do Grupo Globo), Frias (Grupo Folha), Mesquitas (Estadão), Civitas (Abril), Edir Macedo (Record) e Silvio Santos (SBT), controlam canais de televisão, rádio, portais e jornais.
82. No Paraná, a concentração de poder não é menor, sendo as grandes empresas de comunicação controladas por poucas famílias. São elas que, de forma conservadora, neoliberal e antitrabalhistas, detêm a hegemonia dos conteúdos que os cidadãos “consomem”. Toda essa concentração em plano nacional e estadual demonstra que a opinião que as pessoas têm sobre um sindicato, a respeito dos movimentos sem-terra e sem teto, com relação aos direitos das mulheres, LGBT, reformas trabalhistas, sobre o custo Brasil e o tamanho do Estado são formadas por poucas cabeças. Transparece que os donos da mídia são protegidos por uma “legislação do setor que tem sido historicamente tímida, por intenção expressa do legislador, ao não incluir dispositivos diretos que limitem ou controlem a concentração da propriedade” (Lobato, Folha de São Paulo, 14/10/2001). Sem a regulamentação da mídia, mas por meio da concorrência, embora os donos dos meios defendam o projeto liberal, a globalização e a abertura econômica, sempre se opuseram a entrada de veículos estrangeiros no mercado brasileiro de forma a disputar a hegemonia. Contudo, a revolução digital permitiu um novo cenário. É o caso da Netflix, por exemplo, que conquista a audiência que antes se restringia às novelas da Globo, estimativas apontam que a Netflix terá um faturamento maior que R\$ 500 milhões até o final do ano, apenas no Brasil. Isso faz com que as empresas brasileiras forcem boicote a plataforma por parte do governo aplicando mais impostos e reservando conteúdos nacionais. Assim é

completamente verídica a afirmação de que a democratização dos meios é o grande medo dos barões da mídia.

83. A visualização do mapa da comunicação no Brasil revela grandes latifúndios midiáticos e controle dos meios de produção e divulgação de conteúdo. Representa-se, portanto, um modelo monopolista e patriarcal de sociedade, tal qual ocorre no campo e na indústria nacional. Contudo, esse mercado tem sofrido fortes questionamentos e disputa por uma reforma dos meios que traga pluralidade e maior participação do povo. Em sua defesa, os 'senhores' negam manipular a sociedade e reafirmam a transparência de seu setor. No entanto, dessa percepção, se poderia dizer que apesar de a mídia ser manipuladora, conservadora e tentar controlar o debate público, ela está em franca decadência, com queda de audiência, qualidade da informação, demissões de profissionais, em especial os jornalistas, tornando possível a ascensão de novos grupos de mídia mais conectados com as demandas coletivas individualizadas e com a projeção de veículos e concepções de comunicação que priorizam a pauta e o debate político a partir do ponto de vista dos trabalhadores e movimentos sociais.

84. O lobby da mídia hegemônica contra novas mídias é tamanho que o governo federal chegou a dizer que WhatsApp e Youtube subtraem empregos brasileiros. Apoiadas pelo presidente afastado da Câmara Federal, Eduardo Cunha, as teles tentavam mudar o Marco Civil da Internet para restringir novos meios. Por outro lado, independente da disputa por mercado, a grande mídia tem aberto espaço para novos modelos também por causa da queda da qualidade de seus materiais promovida, principalmente, por demissões de trabalhadores da comunicação. De acordo com o Sindicato dos Jornalistas do Paraná (SindijorPR), as empresas têm utilizado do expediente de enxugar suas redações para manter seu lucro. É o caso do Grupo GRPCom, proprietário da Gazeta do Povo e da RPC, que lidera o ranking de demissões: “Tanto estruturais como no aspecto econômico, o jornalismo passa por profundas mudanças. Por um lado, a evolução tecnológica, as novas plataformas e as transformações de mercado, de hábitos de consumo e circulação da informação. Do outro, o monopólio da mídia e seus jogos de interesse”, reflete o sindicato.

85. Até aqui foi demonstrado que a grande mídia controla os meios de produção e divulgação de conteúdo em nosso país, independentemente da plataforma. Esse domínio, constituído em grande parte pelo jogo político na concessão de rádios e Tvs, tem objetivo de controlar a opinião pública em nosso país e sufocar pautas vindas dos movimentos sociais e sindicais.

Para tanto, a democratização dos meios com a desconcentração de poder é fundamental para um país democrático. É uma batalha que os sindicatos devem encampar se querem que seu conteúdo seja projetado à população de forma justa. Quem faz essa defesa em plano nacional é o Fórum Nacional em Defesa da Comunicação (FNDC).

86. Já a mídia pública é outro caminho para que os brasileiros tenham acesso à informação sem estarem reféns do poder econômico e político. De acordo com o professor Guilherme Carvalho (UFPR), o que define uma mídia pública não é seu conteúdo, “mas sua condição estrutural que representa ideologicamente uma concepção isenta e imparcial de defesa dos interesses gerais da sociedade em que o Estado é o principal vetor”. Isso deveria ocorrer com a *É-Paraná*, que é controlada pelo governador Beto Richa (PSDB-PR), e TV Cultura, que se submete à gestão Geraldo Alckmin (PSDB-SP) em detrimento do interesse público. Mais recentemente, com o governo interino de Michel Temer, a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que administra TV Brasil e agências de notícia e rádio, tem sofrido ataques. O enfraquecimento da mídia pública, nos moldes da BBC da Inglaterra, visa a fortalecer os donos da mídia.
87. E é justamente o acesso dos sindicatos e movimentos à tecnologia e a busca por melhoria do conteúdo que impulsionam uma nova comunicação, onde os sindicatos evoluíram sua capacidade de fazer comunicação, muito por causa dos menores custos e de maior agilidade. Contudo a imprensa sindical ainda está aquém da imprensa comercial, mas é fato que está procurando novos meios de comunicação e tecnologias para combater a hegemonia das mídias controladas pelas grandes famílias já mencionadas. Onde a principal diferença do jornalismo sindical é que este almeja a propagação de ideias e informações, enquanto o comercial busca a venda de notícias. Um transforma notícia em lucro, enquanto o outro - o sindical - no máximo se interessa pela audiência. A esse conceito se acrescenta que a mídia hegemônica faz da comunicação sua atividade/fim enquanto que sindicatos e movimentos têm como atividade/fim as suas lutas, sendo a comunicação uma de suas ferramentas. Ter a clareza sobre isso é fundamental para identificar qual é o papel de cada um.
88. Embora a ideia de promover o contraponto com as grandes mídias seja audaciosa, o risco de repetir velhos erros é grande na medida em que pensa a se usar a comunicação como uma ferramenta em si da luta e não como uma atividade/fim que dispute de igual para igual a ideologia. O risco, portanto, é de se criar uma “máquina de jornalismo propaganda” mais

preocupada em impor a pauta do que mesclar conteúdos e interesses de forma a conquistar audiência. Neste ponto se introduz a necessidade de se investir em pessoal e capacitação, em estrutura e em diversidade de meios. Também se insere o estreitamento de relacionamento com veículos cujo a atividade fim seja a comunicação e a afinidade ideológica dê mais visibilidade as pautas. É o caso de meios como Livre.jor, Terra Sem Males, Brasil de Fato, Quem TV, Carta Capital e Caros Amigos, Mídia Ninja, Jornalistas Livres, A Publica e blogs.

89. A comunicação do Sismuc trabalha neste sentido. Na capacidade de produzir conteúdo próprio (comunicação interna) e de estreitar conteúdos e pautas com veículos independentes (mídia externa). Partindo do princípio de que o servidor municipal é “uma peça que se encaixa em diversos jogos”, busca dialogar vendo, por exemplo, a pauta de interesse da mulher enquanto servidora de uma categoria, mas também vítima de feminicídio, um homem que luta pela incorporação salarial e é vítima de preconceito racial, um trabalhador que pede reajuste salarial enquanto se escandaliza com xenofobia, quer moradia digna etc. Ou seja, ao contrário da mídia hegemônica que transforma cidadãos (inclusive os servidores municipais) em consumidores, busca-se mostrar que o servidor é cidadão, trabalhador, pai, mãe, aposentado, LGBT, negro, vítima da violência, lutadores.

90. Esse papel se cumpre com o **Jornal do Sismuc** que mescla as notícias de interesse da categoria com assuntos e fatos que podem influenciar seu cotidiano de trabalho e vida no cenário estadual, nacional e internacional; se cumpre com o **Curitiba de Verdade** que desmascara a propaganda oficial e aborda temas de interesse público municipal; se cumpre com a revista **Ágora**, que tem em sua linha editorial a busca por temas de interesse da sociedade que tem impacto no servidor a partir de perspectiva econômica e ideológica dos trabalhadores; se cumpre nas mídias digitais quando mescla a pauta do serviço público com a sociedade e grupos que o sindicato se relaciona.

POLITICAS DE RECURSOS HUMANOS NA PMC:

91. A história dos trabalhadores e trabalhadoras Municipais de Curitiba tem seu marco histórico na lei orgânica do município, artigos 82 a 86 e na instituição do estatuto dos servidores municipais (lei 1956/58), que ao longo dos anos passou por várias transformações e foi

regulamentado por diversas leis ordinárias, decretos municipais e portarias, editais e instruções normativas.

92. A administração de Curitiba foi marcada ao longo dos anos por gestões oligárquicas e nas mãos de um mesmo grupo político por cerca de 25 anos e quando, em 2012, tinha-se a sensação de que haveria mudanças com a eleição de Gustavo Fruet, que vinha na linha de oposição, isto não se concretizou, pois não houve renovação dos principais cargos da gestão de recursos humanos.
93. Embora Curitiba tenha uma Secretaria Municipal de Recursos Humanos, fato que a torna um pouco diferente da maioria dos municípios brasileiros que tem a questão do funcionalismo público ligados a secretaria de administração ou diretamente ligados ao gabinete do prefeito, isto não se traduz em modelo democrático efetivo nas relações de trabalho, temos uma data base que não assegura obrigatoriedade de transformar os debates e avanços da mesa de negociação em leis, decretos ou normas obrigatórias por parte da prefeitura, fato que tem provocado vários conflitos, pois mesmo quando se conquista lei, estas não são efetivadas na íntegra, como podemos ver no ano de 2014 com decreto 1385 que adiou os novos pisos e incorporações dos trabalhadores e trabalhadoras da lei 11000 em 23 de dezembro de 2014.
94. Dizer que não houve conquistas no último período não é verdadeiro, pois graças ao empenho da categoria e o protagonismo institucional do SISMUC, conquistamos jornada de trinta horas para os excluídos, PCCV para Professores de Educação Infantil e Guarda Municipal, transição dos cargos Auxiliar em enfermagem para técnico, Auxiliar de Saúde Bucal para o nível médio, equiparação com o magistério no direito a licenças nojo e para cuidar de pessoa da família, negociação de todas as greves até 2012, incorporação do PPQ, extensão da gratificação de 30% para os trabalhadores do SUAS e implantação do piso salarial de um mil e cem reais em 2013. Mas todas estas conquistas ficam ofuscadas pela não implantação para a totalidade do quadro de servidores e servidoras ou pelo parcelamento na aplicação dos novos direitos, assim, algo que poderia ser muito comemorado, gera conflitos nos locais de trabalho e deixa muitas vezes um clima de competição e rivalidade nas equipes.
95. No tocante ao reajuste anual linear a prefeitura de Curitiba, na gestão Fruet foi marcada por reajustes no limite da inflação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor e neste último ano mudou o índice para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, por ser menor. Mais uma situação que deixa a sensação de meia conquista, pois não trouxe nenhum ganho real e por último fez dos servidores municipais um objeto de pechincha, sem

valorização e tratados como mercadoria do supermercado onde você olha na prateleira e não faz observação da qualidade do produto e se baseia apenas no preço.

96. Outro aspecto que a gestão Fruet sai devendo é o Plano de Carreira, elemento central na vida dos Municipais, prometido para todos e todas no Plano de Governo e dado como pauta conquistada em 2013, com formação de comissão de estudo e formatação, mas que não foi levado a efeito para o conjunto dos servidores, sendo implantado apenas para os Professores de Educação Infantil, Guarda Municipal e Profissionais do Magistério.

Balanco sindical e patrimonial:

97. Fundado em 1988, o Sismuc contava com 2 salas alugadas, sito na rua marechal Deodoro, 441 (Galeria Lustosa), tornando-se independente do Assmuc. Neste período havia poucos materiais e estrutura para mobilizar as categorias, contando com a solidariedade de companheiros (as) e diretores (as) eleitos (as). Mais tarde, na segunda gestão, foi adquirida uma Kombi para percorrer os locais de trabalho, assim ano após ano aos poucos e com muitas lutas, o sindicato foi crescendo modificando a sua estrutura física, sua direção e tendo que enfrentar novos desafios.

98. Hoje, o Sismuc conta com uma sede, sito na Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar, com 540 m² e em fevereiro de 2016, um novo espaço foi alugado, no 2º andar do mesmo prédio, que proporcionará a realização de reuniões, assembleias, debates, coletivos, seminários, eventos e atos para a promoção social.

99. Atualmente o Sismuc consta com 11 funcionários, sendo 3 profissionais da área de comunicação preparados com equipamentos e softwares necessários para disponibilizar de pronto atendimento as notícias, eventos e acontecimentos no site, bem como montar novos materiais, para manter atualizado mais de 11 mil filiados. Assim como uma assistência jurídica para os servidores e assessorias para a organização do cotidiano do SISMUC.

100. O Sismuc também conta com 3 automóveis marca Voyage, computadores e equipamentos para atender a demanda tanto dos colaboradores como dos servidores, além de outros materiais de suporte para mobilizações e greves. Em 2015 entramos num período de tensão política nacional, que se transformou numa crise econômica, entretanto o Sismuc não deixou de investir e ampliar procurando formas de atender melhor o servidor e buscar alternativas para fazer o enfrentamento de políticas neoliberais.

POLITICAS PÚBLICAS

A consolidação do SUAS passa pelos municipais:

101. A assistência social no Brasil surge da classe operária, nos diversos campos de produção com instituição de caixas solidárias, com fins de promover algum auxílio em situações de desemprego, morte ou mesmo processo de doença dos trabalhadores e trabalhadoras.
102. Na Década de 40 é instituído o primeiro Conselho Nacional de Assistência Social – formado pelo governo e entidades filantrópicas (sem controle social) – também nesta época é criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência) diretamente relacionada à caridade e que atua de forma organizativa pelo Estado Brasileiro sem, contudo haver qualquer responsabilidade institucional de política pública o que a deixa frágil, sem garantia de financiamento, dependendo de doações e de resolução mínima no que se refere à gestão, espaço político institucional e definição orçamentária.
103. Com o processo de redemocratização do país, surge no final dos anos 70 e com crescimento significativo nos anos 80 o chamado movimento de reforma sanitária brasileira, que trazia como pilares de luta a construção do SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL, abrangendo a Saúde, Assistência e Previdência Social.
104. O movimento marcado pela participação das comunidades de base foi forte o suficiente para garantir não só as políticas públicas da área, mas também de instituir o controle social, com participação em toda gestão da seguridade Social,
105. Como política de direito universal e equânime o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), assim como toda política social brasileira, tem sofrido duros ataques no sentido de mudanças legislativas que alterem estes preceitos constitucionais: como a medida provisória 726 de 12 de maio de 2016 que transforma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário entre tantas outras em curso, tanto no Congresso quanto no executivo das três esferas de governo.
106. Os ataques a universalidade do SUAS se dá desde a sua implantação, prova disso é a lei orgânica que só foi para o congresso em 1993, depois de ter sido vetado em 1990, e por último agora neste período o PL 257 que de prorroga as dívidas dos estados e impõe obrigatoriedade de construção de superávit para pagar juros da dívida.

107. Os desafios são grandes, temos que superar o modelo assistencial da beneficência e implantar de fato uma política de ESTADO para Assistência Social, acabar com o “primeirismo” – que coloca a primeira dama como gestora da assistência social – e é prática dominante na política estadual e municipal do Paraná e termos na gestão do sistema profissionais técnicos da área e servidores públicos de carreira.
108. Em Curitiba, a execução, planejamento e gestão da assistência social deveriam estar a cargo da FAS (Fundação de Assistência Social) sendo que no papel está assim, entretanto, na prática, a formalização de convênios torna o setor um dos mais terceirizados e precários do município.
109. Este sistema de convênios proporciona à gestão a alegação de que cumpre as resoluções 09 e 17 do Conselho Nacional de Assistência Social que trata da composição das equipes, no entanto não tem no seu quadro funcional as profissionais necessárias constantes nas resoluções, como é o caso do profissional músico terapeuta, que não tem nenhum no quadro da FAS e da PMC.
110. Outro desafio é o financiamento, vinte e oito anos após a constituição ainda não temos no orçamento nacional, estadual e municipal uma legislação que garanta um percentual mínimo de aplicação, o que tem ocasionado solução de continuidade na execução da política, que ainda tem muita demanda reprimida.
111. Com financiamento insuficiente e um modelo de gestão que favorece o nepotismo além de falta de vontade política, o resultado que encontramos nos equipamentos é um alto índice de terceirização, precarização do trabalho e dimensionamento inadequado.
112. Como trabalhadores Municipais e do SUAS devemos coletivamente lutar para que esta política pública seja de fato implementada nas três esferas da gestão de forma universal, equânime e 100% pública e estatal.

Saúde: Defender o SUS é defender o Brasil e o Patrimônio do Povo Brasileiro

113. O movimento da reforma sanitária nas décadas de 70 e 80, em conjunto com o movimento sindical e social brasileiro, diante da situação caótica e excludente da Saúde Pública do nosso país construiu a luta pela saúde com objetivo de mudar esta realidade. Este movimento foi se fortalecendo, ganhando as ruas e todo espaço da sociedade e teve seu ápice em 1986 quando conseguiu forçar o governo a chamar a 8ª conferência nacional de saúde. Ao final deste grande encontro saíram várias diretrizes – propostas de ação que deveriam ser implementadas como políticas públicas de saúde.

114. O documento final da Conferência foi amplamente discutido e levado a todo território nacional se transformando em proposta de texto constitucional, de participação popular com coletas de assinaturas em todo o país, desta forma conquistamos que fossem incluídos os artigos 196 a 200 na Constituição Federal que assegura: “A SAUDE É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO”, origem das leis 8080/90 e 8142/90 que estruturam o SUS (Sistema Único de Saúde)
115. Com a criação do SUS a política pública da saúde teve um inegável avanço, entretanto em um país com a extensão territorial como o nosso ainda há muito que avançar, pois ainda temos demanda reprimida na assistência e a universalidade garantida no papel não chegou à prática a classe trabalhadora.
116. A concepção de um sistema público universal, integral e equânime nos remete a um modelo que se contrapõe à concepção da sociedade capitalista imperante no Brasil, a luta de classes seja na saúde ou em qualquer outra parte das políticas sociais brasileiras sofre, desde sua implantação, ataques por setores que não têm interesse em termos um sistema capaz de garantir uma seguridade social pública de qualidade, totalmente custeada, gerenciada e executada pelo poder público.
117. Em 2015 realizamos a 15ª Conferência Nacional de saúde com o tema “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”, uma temática que trouxe o debate da Saúde Pública como direito de cidadania, em contraposição à mercantilização e privatização. A necessidade deste debate foi imposta pelo Conselho Nacional de Saúde, pela conjuntura que a mesma estava e continua passando com: a terceirização da gestão e prestação de serviços em saúde cada dia mais privatizada, a criação das fundações estatais de direito privado (uma forma mascarada de terceirização) e a criação da “EBSERH” (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) nos hospitais universitários, que é extremamente prejudicial ao sistema pois torna precário os postos de trabalho e desonera o Estado Brasileiro do cumprimento da sua responsabilidade constitucional: “Saúde direito de todos e DEVER estado”.
118. Mesmo depois da conferência, os ataques continuaram e agora, no último período, inúmeros são os projetos tramitando no governo e no Congresso que colocam em xeque a sustentabilidade do SUS. O Projeto de Lei 4330 da Câmara, apresentado no último período, colocou até mesmo as atividades fins na mira da subcontratação sem limites, o que levará à precarização de serviços e trabalho. O projeto atualmente está no Senado, com o nome de PLS 30 e ainda pode causar muito estrago, na saúde e em todos os setores públicos.

119. Outro ataque recente ao nosso SUS foi o orçamento impositivo, onde os projetos de emendas parlamentares deverão ser implementados, o que pode obrigar a investimentos que necessariamente não estarão no rol de prioridades dos usuários do SUS e pode beneficiar uma minoria ou interesses eleitoreiros. Ainda no campo de ataque à política pública de saúde temos a PEC 453, de autoria do deputado Eduardo Cunha, que obriga as empresas a colocar como benefício o plano de saúde aos seus funcionários. Se esta lei for aprovada, as empresas terão desconto de impostos e com isso os recursos já escassos ficarão ainda menores. Ou seja, o que deveria ser uma política pública universal passa a ser privilégio de poucos. Um retrocesso se considerarmos o modelo de saúde implantado na década de 70 onde só quem tinha emprego de carteira assinada tinha acesso à saúde, deixando à margem um número considerável de brasileiros e brasileiras para serem atendidos nas suas necessidades de saúde por instituições “filantrópicas”, como mercedores de favores e tratados como indigentes, negando ao sujeito o direito de cidadania.
120. No âmbito federal a luta é para que possamos garantir que também a união tenha percentual de no mínimo 10% das receitas de investimento na saúde. Essas e outras questões delineiam uma necessidade de defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e tudo isso está ligado ao momento político, por isso o SISMUC, juntamente com a FESSMUC, deve ter como plano de ação a defesa intransigente do SUS.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

121. O sistema previdenciário brasileiro teve sua origem no chão dos ambientes de trabalho, quando os trabalhadores assumiram uma forma solidaria de proteção do companheiro ferido e de segurança familiar quando do cessar da capacidade de trabalho temporária ou definitiva, e este deve ser o pressuposto básico de todo o Sistema de Previdência.
122. O modelo básico de previdência era bem simples, os trabalhadores criavam um caixa com contribuição de todos e, quando na necessidade, este caixa era usado. Como estes fundos começaram a crescer o governo Vargas propõe a unificação e estatização com o pretexto de que assim todos teriam acesso a previdência, o que não ocorreu na prática. Criou-se então as CAPS (Caixa de Aposentadorias e Pensões) no serviço privado, e mais tarde, no setor público e de ferrovias os IAPAS (Institutos de Aposentadorias, Pensões e Assistência Social).

123. Com o passar dos tempos as CAPS e os IAPS passam por diversas transformações e por um processo longo de corrupção, desvios, roubos. Grandes descabimentos por todos os governos, inclusive no regime militar. Com o advento da Constituição de 1988 a Previdência passa a ser da política de seguridade social sendo a única de base contributiva, ou seja, é preciso contribuir para ter este direito, no que se refere a universalidade a política previdenciária acompanha a da saúde e assistência social.
124. Ocorre que a exemplo da política da saúde e assistência social também na previdência há um interesse mercantilista e assim padrões e setores do governo, com a desculpa de que a previdência está deficitária vêm ao longo do tempo lançando investidas para retirada de direitos da classe trabalhadora.
125. Por outro lado, os próprios trabalhadores hora por falta de informação, como por exemplo desconhecimento da assistência social, que leva a um entendimento equivocado de entender como previdência o benefício de prestação continuada que garante renda mínima a idosos e deficientes, hora por falta de formação e preconceito, como é o caso do auxílio reclusão, que é um benefício previdenciário somente para quem contribuiu com a Previdência.
126. Outro ponto importante a ser considerado quando falamos de previdência e a questão que no Brasil temos duas previdências as RPPS Regime Próprio de Previdência Social (exclusiva para servidores públicos) e o RGP INSS (Regime Geral de Previdência administrada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social).
127. Os ataques aos direitos previdenciários dos trabalhadores nos últimos tempos têm sido constantes, prova disso é que já tivemos desde a promulgação da constituição as emendas 19, 20, 41, 43 e 47 todas com alguma retirada de direito, exceto a 47 que buscou corrigir distorções ocorridas nas outras, mas não foi suficiente para restituir as perdas ocorridas. Na conjuntura atual temos diversos debates em andamento como aumento da idade mínima de aposentadoria, criação de idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada e a criação de fundos complementares de previdência.
128. Em Curitiba a gestão da previdência dos servidores esta sob responsabilidade do IPMC Instituto de Previdência Municipal de Curitiba, uma autarquia que faz a parte administrativa e gestão dos investimentos financeiros do nosso fundo previdenciário, o instituto e regulamentado pela lei municipal 9626/96 que também regulamenta o Instituto Curitiba de Saúde ICS.

129. Com a diretoria toda indicada pelo prefeito e conselho de administração e fiscal com apenas um representante das entidades representativas dos servidores ativos e um dos aposentados, o IPMC tem passado por diversos problemas de gestão desde sua institucionalização, como perdão de dívidas da prefeitura, compra de imóvel sem licitação e investimentos em fundos que gerará prejuízo.
130. A contribuição previdenciária dos servidores municipais de Curitiba através de desconto em folha sempre foi realizada, sem qualquer processo de interrupção. Entretanto em 1996, quando criação do Instituto isso não foi considerado e criou se o fundo sem qualquer caixa inicial, desconsiderando todo tempo que os servidores já haviam contribuído para a sua aposentadoria.
131. O fundo de previdência é constituído pelo montante da contribuição dos servidores (11%) e pela parte da PMC (22%) para acompanhamento da sustentabilidade do fundo, ou seja, os recursos acumulados devem garantir os benefícios previdenciários de todos os servidores, é obrigatória a elaboração de estudos técnicos que demonstrem que ao longo dos anos os recursos serão suficientes, denominado cálculo atuarial.
132. Estes estudos em 2007/2008 apontaram um déficit de recursos e a PMC apresentou como forma de resolver o problema a lei municipal 10821/08 em que a administração fará um aporte financeiro para pagamento de todas as novas aposentadorias do período até 2023, por 35 anos. O projeto foi amplamente debatido com a categoria e considerando a forma com que a prefeitura criou o IPMC e ainda o fato de que a gestão do IPMC perdoou dívidas da parte da PMC com o instituto, este aporte nada mais é do que uma forma de corrigir estes erros do passado.
133. Os estudos demonstram que o fundo está saudável e conta com dois bilhões e meio de capital, isto levou a Gestão Fruet a propor alteração na lei do aporte, sob a alegação de que o fundo é superavitário e a PMC passa por dificuldades financeiras. À exemplo do que fez o Governador do Estado, a administração quer resolver seu problema orçamentário com dinheiro dos servidores.
134. Atualmente a dívida da Prefeitura com o IPMC ultrapassa o valor de duzentos e vinte milhões de reais e para equalizar a situação, a administração encaminhou à Câmara Municipal projeto que parcela esta dívida em 60 meses. Os servidores municipais de Curitiba já se posicionaram contrários a este parcelamento, por entenderem que quando assumiu a prefeitura o atual prefeito não encontrou nenhuma dívida com relação à previdência dos servidores e é assim que deve deixar sua gestão. Outro argumento usado

também é que qualquer parcelamento compromete a folha dos próximos cinco anos e fatalmente impactará nos limites de gastos no próximo período e os trabalhadores e trabalhadoras do município serão prejudicados.

Segurança

135. A violência entre os jovens vem sofrendo um aumento significativo, sendo que esta tem uma profunda relação com os problemas sociais, uma vez que a economia melhora e gere mais emprego a tendência será a diminuição da violência. Por outro lado, atualmente a Polícia Militar do Paraná demonstra que aproximadamente 90% dos crimes graves são cometidos por pessoas envolvidas com tráfico de drogas, sendo que a maioria são praticados por usuários.
136. Apesar do avanço do Estado democrático, as instituições de segurança ficaram assentadas numa estrutura social historicamente conivente com a violência privada, desigualdade social, econômica e jurídica. Tendo em vista que a entidade da polícia militar foi criada durante o período de ditadura militar e esta é a mais atuante no cotidiano populacional da sociedade, pois trata do chamado “ronda preventiva de crimes”, percebemos a dificuldade em aproximação desta instituição com a sociedade em contrapartida a uma aproximação direta com o militarismo advindo da ditadura. Toda essa estrutura vem se mantendo devido à redução do quadro de funcionários das polícias no geral, favorecendo assim a interferência do trabalho entre policiais de diferentes esferas, bem como a sobrecarga de atividades dos guardas e policiais, colocando-os numa profunda intolerância e autoritarismo.
137. Toda vez que a violência aumenta e ocorre uma ausência do estado, surge o debate da mudança de um Estado Social por um Estado de Punições, a partir daí surge ideias como redução da maioridade penal, prisão perpétua, etc. como se tais medidas fossem evitar ou reduzir a violência e baseando essas ideias encontramos o velho ditado: “olho por olho, dente por dente”, e assim passam a misturar a interpretação da palavra justiça com vingança.
138. Portanto, faz-se necessário rever às políticas de segurança adotadas em todas as esferas, fazendo com que se ajuste num processo de redemocratização que garanta os direitos individuais e assegure o pleno exercício da democracia, com mais investimentos e uma estrutura adequada de trabalho para guardas e policiais. Assim como promover a educação de direitos humanos e sua garantia à população, fornecer uma capacitação

continuada aos servidores, assim como consolidar um sistema que garanta o respeito da organização de classe e que assegure a eliminação das desigualdades e da segregação social.

Educação: Como e para quem queremos?

139. Em meio a esse contexto global de golpe e retrocesso na educação, temos um projeto de lei que estereotipa todo o processo anti-democrático por qual estamos passando, a PL da Escola Sem Partido, mais conhecido pelos educadores como Lei da Mordaça...
140. O PL 867 começou a se "popularizar" no Paraná após o massacre do 29 de abril de 2015, onde o atual governador bombardeou os professores em greve naquele momento. Após esse fato, o projeto que já rondava a esfera das escolas começou a tomar forma com professores sendo repreendidos ao falarem em desacordo ao governador.
141. Com um sentimento de volta da Ditadura Militar, as escolas estão cada dia mais sem autonomia para ensinar e trabalhar com seus educandos. Se rendendo a uma escola que era modelo na Idade Média, onde as famílias ditavam os conteúdos a serem dados, mas principalmente, os conteúdos proibidos para aqueles pupilos.
142. Sem pensar no educando como sujeito crítico e ativo de direitos, o "Escola sem Partido" ilude a massa populacional ao transmitir a falácia de que a lei apenas priva os professores de partidarizar suas aulas, sendo que a não partidarização da aula já está prevista na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394/96.
143. O que este projeto prevê é a criminalização das escolas e dos educadores que não tratarem estritamente do conteúdo em que os PAIS do educando acredita ser o sumo da "moral e bons costumes". Tirando assim o pensamento crítico e transformando o aluno sujeito de direitos e produtor de conhecimento em um simples receptáculo da educação imposta por um pequeno grupo social excludente.
144. Nesse contexto, se uma determinada família é extremamente religiosa e determinar que o professor de biologia não possa tratar de Darwin, este apenas poderá ensinar que a raça humana descende de Adão e Eva, sendo passível de perda de emprego ou até prisão caso ensine o conteúdo através da teoria evolucionista, e assim aplicam-se aos demais conteúdos e formas de manifestações em sala de aula e nos demais espaços escolares.
145. Quando falamos em "Escola sem Partido" não pensamos no contexto ampliado do tema, acreditando apenas que deixaremos as siglas partidárias fora do ambiente escolar, no entanto outro exemplo a ser dado é o fato de que os professores a partir desta premissa de lei

não podem incentivar seus alunos a manifestações, logo se esta lei estivesse aprovada em 2008 o Instituto de Educação do Paraná não poderia ter incentivado seus alunos a realizar o ato em homenagem ao colega que faleceu durante o período letivo. Algo simples e de grande significância para aqueles jovens que tinham perdido seu colega de turma seria imediatamente reprimido e criminalizado pela instituição dessa lei.

146. E assim surge a indignação das escolas e professores com relação ao projeto de lei que visa única e simplesmente ditar os conteúdo e forma de trabalho dos educadores e da escola para que este se encaixe com os ideais de ALGUMAS pouquíssimas pessoas, excluindo o fator de que os educandos são seres histórico-críticos produtores de conhecimento.
147. Em um momento de ressignificação do espaço escolar, aonde a educação vai além das paredes da sala de aula e da transmissão de conteúdo, devemos abrir os horizontes para reconhecer e valorizar os trabalhadores em educação.
148. Embora os “trabalhadores da educação”, em 2013, já fossem mais de um milhão, entre efetivos, contratados e terceirizados, ainda continuam a viver na condição de invisibilidade dentro do espaço escolar. A sociedade, faz de conta que não os vê, limitando o olhar a professores, gestores e alunos; como se o espaço escolar se resumisse apenas a esses trabalhadores.
149. Essas invisibilidades vêm sendo, lentamente, superada pelo movimento de organização sindical, para mudar a realidade de merendeiras, de porteiros, de inspetores e de diversos outros “auxiliares” ou “apoios administrativos” das escolas.
150. Apesar de serem contemplados na lei como profissionais – desde que devidamente habilitados em cursos técnicos, admitidos em conselhos escolares ou até mesmo eleitos para funções de direção de escolas (quantos diretores de escolas temos oriundos da categoria?), os trabalhadores da educação continuam sendo vistos como um papel secundário nas escolas.
151. A educação confinou o ato pedagógico às salas de aula, assim a sociedade e muitos que lecionam ou estudam em nossas escolas ainda acreditam que a pedagogia está restrita aos professores e pedagogo, ignorando que conhecimentos e valores se constroem em todos os espaços escolares, e esses que se tornam educativos graças ao diálogo com inspetores, funcionários das bibliotecas, das secretarias, dos laboratórios. Em outras palavras, com a falta de vontade política, os trabalhadores de escola continuam sendo desvalorizados e relegados ao papel de meros coadjuvantes no processo escolar.
 - a. A valorização desta categoria funcionaria como incentivo para a expansão da oferta dos cursos do Pró funcionários e para motivar jovens e adultos para o ingresso na

carreira. Outra questão relevante trata do descritivo de função da categoria, essa indefinição funcional, reforçada por uma pluralidade infundável de nomenclaturas, não deixa claro o papel de cada um dentro da instituição, muitas vezes delegando ao trabalhador funções que não são do cargo, caracterizando desvio de função, como é o caso recente de inspetores que eram obrigados a ministrar medicamentos e colocar sondas em alunos, sem o menor preparo.

152. O inspetor é um dos trabalhadores mais atuantes no espaço educacional. Ele transita por todos os espaços da escola, cria vínculos afetivos, conhece os alunos pelo nome e é o primeiro a ser procurado quando há algum problema que precisa ser solucionado rapidamente.

a. Todos os avanços que os funcionários conquistaram, seja nas identidades legais, nas ofertas de formação, ou nas condições de trabalho, se deram num ambiente de profundas desigualdades.

153. Sendo assim ainda que hajam faixas dizendo “Funcionários também são Educadores!”, e que se substituam as placas de “Salas dos Professores” por “Salas dos Profissionais da Educação”, o que se faz urgente é a verdadeira valorização do trabalhador de escola.

154. Em 2014 - enfim - tivemos a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (2014/2024) que trouxe questões extremamente importantes para a construção de uma educação de qualidade, tais como: Plano de cargos, carreira e vencimentos (PCCV) para os trabalhadores da educação, obrigatoriedade e universalidade da educação de 4 a 17 anos até 2016 e de 50% do atendimento até o fim da vigência do mesmo, gestão democrática, financiamento da educação {Custo Aluno Qualidade (CAQ), Custo Aluno Qualidade Inicial, (CAQi)}...

155. Contudo, apesar dos avanços no PNE, temos que cobrar a efetivação das metas e estratégias desse plano. Algumas que inclusive tem prazos específicos que estão se aproximando e as quais não foram realizadas nenhuma ação ou algumas ações muito tímidas para mudança e busca por uma educação de qualidade.

156. Teve-se uma garantia de olhar e querer fazer essas mudanças na educação nos últimos anos, no entanto o pouco movimento por melhorias que obtivemos como a lei do piso nacional para o magistério, que inclui a garantia do direito a hora-atividade, verba específica para aplicação na educação, fundeb, entre outros programas que envolvem a universalidade da educação para todos tem sido revisto ou até desfeito pelo governo do golpista Temer e a avalanche retrograda do congresso nacional. Sendo assim se torna

inimaginável para os EDUCADORES (e aqui se usa a denominação Educador baseado em um preceito Freiriano em que todos que trabalham com a educação ou no meio educacional são muito mais que professores, são EDUCADORES que tem a função de transformação social a partir de uma educação de qualidade) se calarem perante os desmandos que o congresso brasileiro e o governo interino têm realizado, com retrocessos para a educação e a qualidade que buscamos para essa.

157. Como meta do PNE, foi-se estabelecido que até um ano após a sua aprovação, os estados e municípios deveriam produzir seus Planos de Educação. Logo, em 2015, do pensado e aprovado Plano Municipal de Educação de Curitiba - PME - onde também tivemos avanços históricos como a garantia de vagas para a Educação Infantil, não só pré - escola (4 e 5 anos) mas também a creche (0 a 3 anos), evitando assim o desmonte dessa faixa etária para suprir a demanda da primeira; a autonomia dos conselhos tanto CME - Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação como os conselhos dentro das escolas e centros municipais de educação infantil (CMEI); garantia de formação continuada para todos os trabalhadores da educação, gestão democrática em forma de consulta pública para o cargo de diretores de unidade, garantia de hora-atividade, garantia do atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais e qualidade para esse atendimento, estabelecimentos de PCCV para todos os profissionais da educação. Contudo, apesar de estar em lei, a prefeitura nem começou a planejar como irão possibilitar todos os avanços que a educação e os profissionais que atuam nela precisam, e estará em nossas mãos cobrar a efetivação da lei.

158. Mas, falando em PCCV, não podemos deixar de enaltecer a conquista dos professores de educação infantil advinda de greve em 2014, o novo plano de carreira que trouxe uma diminuição das distorções e perdas salariais que havia historicamente. No entanto ainda há muito a avançar nesse contexto, afinal não conseguimos ainda o PCCV de outras categorias que atuam na área da educação e tem relação direta com os educandos e o ambiente educativo, os auxiliares de serviços escolares. E assim sendo precisamos pensar e conquistar esse direito para todos!

159. Os funcionários públicos como um todo, mas aqui ressaltamos a educação, vem sofrendo com a falta de concurso público para atuar na rede de ensino, transformando assim o ambiente de trabalho um local insalubre pelo acúmulo de trabalho, excessivo número de educandos por profissional, falta de condições para o cumprimento da hora-atividade,

assédio moral e uma efetivação da gestão democrática tanto com a escolha da direção como autonomia dos conselhos dentro das unidades de ensino.

160. Logo percebemos que existe muito ainda a avançar para termos uma EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

Saúde do Trabalhador:

161. A luta por saúde do trabalhador é uma contraposição do modelo implantado nos meios produtivos de trabalho do século XIX e XX onde se preconizava a medicina do trabalho e a saúde ocupacional, o homem tinha que se adaptar a maquina e/ou ambiente de trabalho, com olhar sobre o lucro em detrimento do ser humano.
162. Nós, Trabalhadores Municipais entendemos que é o trabalho real que determina os padrões de saúde e segurança, seja pela forma como este trabalho é organizado, seja pelas especificidades de cada ambiente ou pelas características próprias de cada sistema de gestão. Em outras palavras, as administrações implantam métodos e técnicas de gestão do trabalho e da produção preocupadas apenas em aumentar a produtividade, sem levar em consideração os impactos que isso pode gerar sobre a Saúde do Trabalhador.
163. Portanto, os problemas de Saúde do Trabalhador são consequência da forma como os padrões, no nosso caso os administradores e gestores, organizam o trabalho e a produção. Logo, a responsabilidade pelos impactos que sofremos é exclusivamente deles, já que são os mesmos que decidem o que fazemos e como fazemos nos locais de trabalho, deixando-nos apenas - quando deixam - a “oportunidade” de discutir se existem condições de Trabalho aceitáveis ou não.
164. Fazer com que o Serviço Público Municipal de Curitiba implante um modelo de atenção à saúde do Trabalhador é bandeira histórica do Sismuc e sempre teve papel significativo em nossas pautas de reivindicações e em nossas agendas de ação sindical.
165. O modelo apresentado pela Secretaria de Recursos Humanos de Curitiba com departamento de saúde ocupacional não foi capaz ao longo dos anos de atender a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras do município no que se refere a gestão democrática da atenção a saúde dos servidores e servidoras, não permite que se construa comissões locais de saúde trabalhador e em contra partida apresenta no seu organograma a figura do “AGESEL” (Agente de Segurança Local), cargo com função gratificada indicado pelo prefeito.

166. Para, além disso, a PMC também não disponibiliza os dados dos agravos dos servidores e servidoras e os programas de promoção e prevenção são absolutamente incipientes e com abrangência mínima de servidores.
167. Como caminhos para superar este modelo e seus obstáculos, destacamos a necessidade da ampliação da divulgação e discussão sobre o tema, possibilitando o reconhecimento dos danos causados e a criação de ações para lidar com esse fenômeno.

POLITICAS SOCIAIS

Mulheres:

168. Faz se aqui uma opção política por uma linguagem crítica ao machismo da língua portuguesa, que torna o masculino como universal. Desta forma, escrevemos de acordo com o universal “pessoa”, sendo todos os substantivos, adjetivos e pronomes concordando com ”pessoa”. Eventualmente é preciso inclusive, transgredir a norma dominante da língua, que entende que certas expressões não comportam equivalente feminino. Onde se lê “a servidora”, entenda “a pessoa servidora” e não necessariamente “a mulher servidora”.
169. A união e organização das mulheres são fundamentais para a transformação do mundo. Na conjuntura atual em que um governo, teve a petulância de não indicar nenhuma mulher para o ministério, precisamos nos fortalecer e engajar ainda mais, nos movimentos sociais, nos fóruns, conselhos e em todo o lugar possível para discutirmos políticas para as mulheres, pois quem sabe das necessidades das mulheres, são somente elas.
170. Este governo reacionário e patriarcal comunga com o presidente Ernesto Geisel (1975-1979), isto há 37 anos e em plena Ditadura Militar, foi o último presidente a ter seu ministério exclusivamente masculino, as presidentes posteriores ao Geisel tiveram em seus ministérios mulheres, o presidente Figueiredo nomeou a primeira ministra do Brasil Ester de Figueiredo Ferraz, e assim nos próximos governos como de José Sarney tinha uma ministra, Fernando Collor duas ministras, Itamar Franco duas ministras, Fernando Henrique Cardoso duas ministras, Luiz Inácio Lula da Silva onze ministras e duas interinas, Dilma quinze ministras, três interinas e no governo do golpista Temer nenhuma ministra. Este governo é uma ofensiva as mulheres e o retrocesso nas políticas para as mulheres sendo este um atraso inaceitável, logo este governo golpista não deve ser reconhecido!

171. Nos governos de Lula e de Dilma as mulheres foram reconhecidas como pessoas com igualdade de direito e de deveres foi nestes governos que tiveram a maior participação dentro dos ministérios, mais políticas para as mulheres foram desenvolvidas e dentre elas as conferências de políticas para mulheres, onde podiam discutir o que queriam para melhorar suas condições de vida tanto no trabalho, quanto no seu dia a dia, foi onde tiveram voz para discutir e lutar por seus direitos. Outro grande feito do governo da presidenta Dilma foi a implantação da Casa da Mulher Brasileira, uma casa de acolhida para a mulher que vem sendo espancada, estuprada, violentada, torturada, mutilada e muitas vezes com privações econômicas e políticas. E agora com este governo interino não sabemos se as conferências vão continuar porque Temer extinguiu O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), como vai ficar esta política? E a Casa da Mulher Brasileira, vai continuar recebendo essas mulheres e dando o apoio devido?
172. A mulher vive em uma sociedade desigual, machista e opressora, na desigualdade sempre as menos assistidas são as pobres e negras, e para a mulher a desigualdade é ainda maior, simplesmente por ter nascido do gênero feminino. As lutas do gênero feminino vêm sendo travada há muitos anos, pois vivemos em um mundo que não reconhece o trabalho da mulher e da luta que ela vem travando dia a dia. A mulher vem buscando seu espaço, pois no nosso país sofremos com o assédio, o machismo absoluto imperando entre nós, somos exploradas e oprimidas, mas as nossas conquistas não podem retroagir. A mulher trabalhadora precisa garantir seu espaço público, para conseguirmos alguma coisa precisamos lutar muito e agora ainda mais, precisamos nos organizar e nos unir para fazer as mudanças necessárias no mundo em que vivemos.
173. No Município de Curitiba podemos contar com várias políticas de enfrentamento a violência contra a mulher. Mas apesar de ter vários órgãos públicos ao nosso dispor, as pessoas que trabalham nestes órgãos não têm uma formação adequada para receber as vítimas e fazer um atendimento de forma humanizada, pois muitas vezes culpabilizam as vítimas não dando a atenção necessária no primeiro momento do atendimento e muitas pessoas acabam não voltando a procurar a justiça ou dando continuidade no processo. É preciso fazer embate e debate para melhorar esse atendimento para as vítimas de violência.
174. A discriminação da mulher é uma constante, mesmo no setor público a mulher é discriminada, não em ganhar os salários mais baixos, porque o nível de entrada no concurso é o mesmo para ambos, mas nas oportunidades. Em Curitiba 82% das servidoras públicas

municipais são mulheres, destas a minoria delas é que ocupam os cargos de chefia porque na maioria das vezes a indicação é do gênero masculino. É necessário tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação, dando-lhes igualdades de oportunidades e assim estabelecer liderança sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.

175. Os desafios que as mulheres enfrentam para ocupar espaços de poder na sociedade podem ser conquistados por meio do empoderamento das mulheres, inclusive dentro dos próprios sindicatos espaço este que proporcione debates, questionamentos, críticas, etc... O Sismuc defende o empoderamento das mulheres no uso dos seus direitos, buscando o espaço público e social. Empoderar as mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais são a melhor forma de melhorar a qualidade de vida das mulheres.

176. O empoderamento do gênero feminino é necessário e urgente, pois, tal debate é um desafio às relações patriarcais, as mulheres precisam saber sobre a relação de poder dominante do homem e que a manutenção dos seus privilégios de gênero nos prejudica e muito. Com a conscientização possibilita ao gênero feminino a aquisição da emancipação individual, política e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade garantindo também sua autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, da sua liberdade e etc.

Juventude:

177. Historicamente a juventude brasileira tomou a frente e foi protagonista em diversos momentos politicamente críticos de nosso país estando ela inserida no movimento sindical, estudantil ou social. No entanto, durante um período do momento político do nosso país, a juventude se deixou envolver pela cultura da “Política não se discute”, assim como boa parte da sociedade brasileira, quando esta cultura começou a ser desconstruída sofremos um golpe em nossa democracia onde toda a conquista ideológica e cultural está para ser perdida. Na conjuntura atual onde se encontra em risco os direitos da classe trabalhadora e onde o jovem será o grande protagonista de perdas de direitos estamos com um apontamento de uma reforma previdenciária e um aumento significativo na carga horária de trabalho, juntamente com a diminuição de políticas públicas afirmativas de inserção onde a juventude será diretamente prejudicada, principalmente em seu tempo destinado ao estudo/formação e

laser. Coligada a esse contexto, temos um momento onde precisamos nos unir para salvar algo que é muito valiosa ao povo brasileiro: a nossa jovem Democracia.

- a. Em meio a esse cenário, temos uma constante política de criminalização da juventude vindo a partir da insistência na redução da maioridade penal, subjugando assim a maior parte dos jovens estereotipando os de marginais, a grande maioria composta de negros e jovens da periferia que não possuem as mesmas oportunidades dos demais.

178. O SISMUC por sua vez tem uma história de construção com a juventude, nosso sindicato já teve a direção mais jovem do movimento sindical e uma jovem como presidenta da entidade (Marcela Alves Bonfim). Nesta atual gestão temos quase 20% dos dirigentes com menos de 35 anos trabalhando com o lema "Experiência aliada a Juventude", e este é o momento de fortalecer o laço com a juventude dos Municipais e dos Movimentos Sociais para construir políticas públicas de qualidade e garantir à efetivação do trabalho descente com a garra e a força da juventude aliada a experiência adquirida no decorrer das vitórias e derrotas daqueles que são jovens há mais tempo.

Raca:

179. A nação brasileira tem uma dívida histórica com a população negra. Os negros africanos aqui escravizados amargaram mais de três séculos de sofrimento, violência e exploração. Estas, com o patrocínio do estado, da igreja e da elite dominante. Os negros trazidos à força de África, foram fundamentais para a formação de toda a Riqueza nacional, nas áreas da economia, da cultura, da intelectualidade, entre outras. Mesmo assim, ainda hoje a população negra enfrenta os piores índices de qualidade de vida no Brasil. O estado do Paraná é formado a partir de heranças culturais europeias, indígenas e africanas. Segundo o IBGE, é o estado da região sul, com maior número de negros e negras – 28% da população.

180. Apesar da expressividade dessa população o nosso sistema não contempla de forma equilibrada essas três contribuições culturais. Esta dívida pode ser resgatada com a implementação de políticas públicas e políticas afirmativas que visem à redução do quadro de desigualdade racial presente em nossa sociedade, em particular em nosso município.

181. A luta do movimento social negro fez com que, aos poucos, estas políticas começassem a chegar ao estado brasileiro. Em 2003, o presidente Lula assinou a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas e criou a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que ganhou em seguida status de ministério.
182. Em 2005 e 2008, respectivamente, ocorreram a 1ª e 2ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial. Em 2010 tivemos a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que trouxe como avanço, o fato do Estado brasileiro reconhecer em sua legislação a presença do quadro de desigualdade racial no país. Em 2012, já no governo Dilma, é assinada a Lei das Cotas para Ingresso nas instituições de Ensino Federais, e em 2013, é realizada a 3ª Conferência que aprovou uma série de proposições de políticas para o Estado brasileiro. Sem sombra de dúvida, estas medidas demonstram avanços na luta pela igualdade racial em nosso país. No entanto, os resultados ainda são lentos. Muito ainda precisa ser feito nas áreas da educação, da saúde da população negra, do respeito às religiões de matriz africana, do mercado de trabalho para que este quadro se altere de forma substancial.
183. Neste momento, estamos correndo o sério risco de termos um retrocesso na política de igualdade racial, em nível federal, com a extinção do Ministério de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Neste sentido, é fundamental que o sismuc integre agenda política pela promoção da igualdade racial, especialmente na implementação da Lei 10.639/03, nas lutas pela certificação das terras quilombolas, na defesa do feriado de 20 de novembro, e na defesa da implementação das políticas afirmativas nas mais diversas áreas tanto no âmbito municipal como federal.
184. O racismo estrutural presente no país ainda é resultado de justificações e do processo de naturalização da escravização de negros. Este processo deu origem a uma verdadeira ideologia de dominação racial. Infelizmente ideias que nortearam esta construção ainda hoje permeiam o currículo escolar, especialmente pela ausência de conteúdos relacionados às contribuições dos povos negros ao conjunto da humanidade e ao nosso país e em especial ao nosso município. A efetivação da Lei poderá contribuir com a mudança deste quadro, e fazer da escola um espaço privilegiado para o combate ao racismo. Neste sentido, diante da necessidade de uma ação efetiva do sindicato na consolidação de uma sociedade que não reproduza preconceitos, é necessário que se tenha uma discussão permanentemente da questão racial no município de Curitiba em especial com os servidores deste.

185. Torna-se cada vez mais evidente que não há como ter um entendimento da estrutura de desigualdade social na realidade brasileira, e em especial de Curitiba, sem uma boa análise do quadro das desigualdades étnico-raciais. Assim, é preciso que o Sismuc intensifique ainda mais o debate sobre estas desigualdades na perspectiva da construção de novas relações sociais em nosso município, que se pautem pela justiça, solidariedade, igualdade e pelo enfrentamento ao preconceito. Para isso é necessário valorizar as obras e o pensamento de intelectuais negros e negras do Brasil; oportunizar o conhecimento da cultura (música, dança, culinária, vestuário) afro-brasileira e africana; compreender a dimensão simbólica e cultural do território como espaço de afirmação, resistência e identidade dos povos e comunidades tradicionais; estudar e debater sobre as religiões de matrizes africanas, com o objetivo de desconstruir o preconceito e a intolerância que tem atingido os terreiros e seus seguidores.
186. Este ano, a Unesco estabeleceu o início da década internacional de afrodescendentes, é preciso uma atuação mais ativa da nossa entidade, em favor da consolidação de políticas públicas que combatam o racismo, promovam a igualdade racial e implementem mecanismos de reparação do racismo institucional, originário dos séculos de escravismo criminoso.

LGBT:

187. No período 2003 a 2015, por meio da luta dos movimentos sociais, ocorreram diversos avanços nas políticas públicas voltadas a população LGBT, como o uso do nome social para travestis e transexuais (resolução 12/2015) e aprovação pelo STF da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Mas com o avanço dos grupos fundamentalistas, dentro e fora do Congresso Nacional, os direitos fundamentais dessa população ainda são negados, sendo necessária a busca pela consolidação destes por meio de legislação própria e quando já se tem alguma referência legal muitas vezes o exercício deste direito demanda judicialização.
188. A população LGBT é diariamente discriminada e marginalizada por nossa sociedade predominantemente machista, preconceituosa e separatista. Dados de um relatório de 2011 da extinta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) sobre a

Violência homofóbica demonstram que quase 2% da população LGBT que sofre preconceito se reconhece como Travesti ou transexual, porcentagem baixa que demonstra a invisibilidade que esta parcela sofre, pois é o grupo mais vulnerável à violência da chamada LGBTfobia. Sendo que o estado do Paraná figura entre os que mais praticam violência contra a população LGBT, inclusive assassinatos.

189. O Movimento sindical, aliado ao Movimento social organizado, luta por políticas públicas que garantam direitos e segurança à população LGBT e criminalize a LGBTfobia. A comunidade LGBT, que participa dos espaços onde os trabalhadores municipais atuam nem sempre tem o atendimento merecido dentro das escolas, unidades de saúde, entre outros; onde muitas vezes falta aos trabalhadores à formação necessária somada ao conservadorismo imposto hoje nos espaços públicos vem ampliando essas dificuldades em especial na área da educação.
190. Embora a legislação municipal de Curitiba reconheça alguns direitos a população LGBT, como o da seguridade social e da união estável LGBT, não há uma política de recursos humanos voltada a esta população, que sofre no cotidiano da sua prática profissional assédios e discriminação.

APOSENTADOS: EnvelheCer

191. Com relação a aposentaria, juridicamente, não há qualquer distinção para doenças físicas ou psicológicas, podendo as duas gerar incapacidade total e definitiva. O fato que chama atenção é que se tornam cada vez mais comuns o afastamento do servidor em razão de quadros depressivos e síndromes provocadas por estresse e sobrecarga de trabalho.
192. A falta de motivação, transtornos psicológicos, alterações do sono e o uso de substâncias psicoativas, estão entre as principais doenças que causam incapacidade para o trabalho, levando um número elevado de servidores ainda muito jovens a se afastarem do trabalho. Esses sintomas são os principais responsáveis pela depressão e síndromes, que afetam profundamente a qualidade de vida do servidor.
193. Apesar do aumento de casos de depressão no ambiente do trabalho, o servidor só será afastado se conseguir através de provas e laudos médicos comprovar que o quadro depressivo está ligado ao ambiente do trabalho. O auxílio doença e a aposentadoria por invalidez são utilizadas para amparar diversos trabalhadores, que após anos de dedicação e trabalho no serviço público, passam a necessitar do benefício.

194. Faz-se urgente, ampliar a discussão sobre o número cada vez maior de servidores afastados do trabalho por falta de condições físicas e emocionais e as dificuldades encontradas por esses até a avaliação e concessão do benefício, causam estragos irreparáveis na vida de milhares de servidores, sob os aspectos psicológicos, econômicos e sociais.
195. A forma como o sistema econômico impõe-se no contexto brasileiro, onde o velho, por não se constituir em mão-de-obra ativa para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela comunidade reflete um quadro alarmante e desafiador para a sociedade, especialmente num país que ainda se auto define como "um país de jovens".
196. A cultura de valorizar o que é jovem e o que é novo, deixando no esquecimento suas próprias tradições, nos leva à realidade de um país sem memória, que despreza seu passado, e a prova do descaso com que o mais velho é tratado pela sociedade, onde sua contribuição social mais preciosa, a experiência e a memória, são menosprezadas.
197. Somando-se a isso um "Estado" incapaz de resolver os problemas básicos da maioria da população, deixa os idosos em situação de extrema vulnerabilidade. Os mecanismos tradicionais de amparo à velhice desfazem-se; sem que novos mecanismos tenham sido desenvolvidos. Além disso, aos problemas próprios do envelhecimento somam-se os problemas de uma população cuja experiência, ao longo de todas as etapas da vida foi marcada por condições amplamente desfavoráveis, que tendem a se agravar na idade mais avançada.
198. Precisamos construir uma imagem positiva do envelhecimento, com participantes ativos na transformação do idoso em um ator político. O crescimento do número de aposentados deve vir acompanhado do aumento do seu poder político, de sua capacidade de exigir mais e redefinir políticas públicas capazes de atender essa faixa da sociedade. Felizmente, muito dos preconceitos que levaram a sociedade a excluir seus velhinhos da vida ativa está sendo revisto atualmente. Os mais velhos estão se mostrando cada vez mais ativos na sociedade em vários aspectos.
199. Segundo dados de 2005, 65,4% dos idosos brasileiros sustentam as famílias; embora as pensões de aposentadoria pagas pelo INSS na sua grande maioria são insuficientes para cobrir as necessidades básicas do aposentado, essa renda regular concedida a quem nunca teve isso está mantendo o núcleo familiar do idoso.
200. Até muito recentemente, tratar da velhice na sociedade era traçar um quadro de perda do papel social e os preconceitos marcavam e relegavam os mais velhos a uma existência sem significado. A sociedade passou a rever os estereótipos negativos para que um

indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania.

201. No Brasil o pagamento de aposentadorias e pensões para o setor público e privado absorve 12% do PIB nacional, segundo estudo do IPEA. O estatuto do idoso, instituído pela Lei Federal 10.741 de 1º de outubro de 2003, assegura o direito ao respeito à pessoa idosa, consistindo na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças. E estipulando que é dever do Estado e da sociedade como um todo a preservação da dignidade do idoso, preservando-o de tratamento desumanos, vexatórios ou constrangedores.
202. À pessoa idosa está assegurado legalmente o gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, podemos supor que exista vulnerabilidade específica a essa população, sobretudo decorrentes do não reconhecimento da possibilidade de seu pleno exercício da cidadania, da sexualidade e de características de sua rede social.
203. A terceira idade deve indicar uma experiência inusitada de envelhecimento, deixar de ser um processo contínuo de perdas e representar um tempo onde a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa, um tempo de fazeres em que se elaboram novos valores coletivos; onde as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciam oportunidades de explorar novas identidades e realizar projetos abandonados em outras etapas da vida.

PLANO DE LUTA/AÇÃO

Políticas Sindicais:

- Para ampliação da luta e organização dos Municipais de Curitiba o Sismuc fará sua filiação a ISP Internacional do Serviço Público
- Lutar pela regulamentação da OIT 151 e 87
- Lutar pela regulamentação das Convenções 151 e 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da negociação coletiva do trabalho.
- Permanência e ampliação de participação nos Conselhos, Fóruns e demais instituições sindicais
- Convênio de formação com instituições públicas e do movimento sindical e social para a formação técnica da categoria

- Permanência e ampliação de formação para as categorias dentro da instituição
- Organização de Calendário anual de formação para a base e direção do Sindicato
- Realização de Coletivos Diurno por seguimento de trabalhadores e trabalhadoras, com liberação da Prefeitura
- Campanha permanente de filiação
- Implantação do Sindicato itinerante, como forma de atendimento à base, com toda a estrutura administrativa do sindicato (Sismuc móvel)
- Empoderamento do RLT (Representantes por Local de Trabalho) com formação e material específico
- Instituição do calendário do Sismuc da regulamentação da eleição e posse dos RLT (Representantes por Local de Trabalho)
- Implantação da tecnologia de mídia de Aplicativo do SISMUC para aparelhos de celulares
- Manutenção e ampliação da utilização de correio eletrônico por mala direta com as informações e notícias do sindicato para toda a categoria
- Manutenção do jornal e da revista do sindicato como instrumento de formação e comunicação da categoria
- Manutenção e permanência do site do Sismuc
- Manutenção e permanência das mídias sociais
- Implantação da Ouvidoria do Sismuc
- Implantação de PCCV para todas as categorias
- Redução da jornada de trabalho
- Gestão democrática para os locais de trabalho
- Lutar por concurso público para todos os cargos da Prefeitura
- Isonomia do Estatuto do Servidor Público para com o Servidor Municipal do Magistério
- Incorporação das remunerações variáveis
- Implantação de responsabilidade técnica independente do risco de vida e saúde
- Retomada da lei da Data Base com a restituição de reposição linear inflacionária no mínimo do índice INPC ou outro que venha o substituir
- Aumento real de salário
- Aquisição de nova sede para o Sindicato, de forma a garantir uma melhor acolhida da categoria e melhoria das condições de trabalho dos funcionários e diretores do sismuc
- Criação, na sede do sindicato, ESPAÇO DO SERVIDOR, ambiente organizado para acolhimento da categoria, com biblioteca, acesso a internet e informações gerais de interesse dos Municipais

- Criação do espaço criança para as atividades sindicais, inclusive assembleias e reuniões
- Aumento da frota veicular do Sismuc, para melhor atendimento a base

Políticas Públicas:

- Manter a luta contra qualquer mudança na seguridade social que não seja pactuada com o conjunto dos trabalhadores
- Lutar contra qualquer reforma trabalhista que implique na redução de direitos
- Defender a regulamentação das profissões da assistência social
- Lutar pelo investimento mínimo de 5% para a assistência social
- Lutar contra qualquer projeto que implique na reforma constitucional no tocante a vinculação de receitas para as Políticas Públicas (Não ao DRU)
- Aprovação da PLC01 do Senado Federal que institui o investimento mínimo de 10% das Receitas da União para a saúde
- Defesa do monopólio da Petrobrás e do recurso de 25% do pré-sal para a saúde
- O Sismuc participará da luta nacional em defesa do SUS contra a privatização da saúde
- Pela manutenção da mesa nacional de negociação permanente do SUS
- Efetivação da mesa municipal de negociação permanente do SUS
- Lutar contra a unificação dos regimes próprios de previdência
- Contra a implantação de previdência complementar no Município de Curitiba
- Se somar a luta nacional pela regulamentação da aposentadoria especial do servidor público
- Fim do fator previdenciário
- Lutar pela manutenção da forma de custeio da lei 12821/08 no tocante ao regime próprio da previdência de Curitiba (IPMC)
- Gestão democrática no IPMC com a eleição do presidente e paridade no conselho
- Lutar pela implantação dos conselhos de segurança
- Lutar pela aposentadoria especial da Guarda Municipal
- Institucionalização da segurança dos servidores municipais de responsabilidade da prefeitura
- Lutar para que todos os servidores que atuam em espaço escolar sejam reconhecidos como profissionais da educação
- Lutar pela implantação dos Planos de Educação (Nacional, Estadual e Municipal)
- Garantia de plena gestão democrática dentro das unidades educacionais
- Garantia da autonomia dos conselhos

- Lutar pela garantia da hora-atividade
- Lutar pela implementação do CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial) e CAQ (Custo Aluno Qualidade)
- Defesa do monopólio da Petrobrás e do recurso de 75% do pré-sal para a educação
- Defesa das políticas públicas para a democratização do ingresso na universidade
- Defesa da escola pública de qualidade
- Defesa da universalização do acesso à educação em todas as esferas de governo
- Defesa do ensino público gratuito em todos os níveis de ensino
- Lutar contra o PL867, “Escola Sem Partido” e quaisquer outro que seja com o mesmo sentido
- Instituição das COLSAT- Comissões locais de saúde do trabalhador, eleitas por seus pares
- Realização de estudos epidemiológicos de saúde do trabalhador na Prefeitura de Curitiba
- Ampliação dos Programas existentes hoje na PMC para que atenda a todos os agentes públicos do Município.
- Elaboração de materiais específicos de saúde do trabalhador, para formação e empoderamento dos servidores e servidoras sobre o tema.
- Implantação do disque denuncia saúde do trabalhador dentro do Sismuc
- Implantação da Mesa Permanente de Saúde do Trabalhador no âmbito da PMC
- Implantação de protocolo municipal de saúde do trabalhador e servidor público
- Criação de lei municipal contra o assédio moral

Políticas Sociais:

- Organizar o coletivo de mulheres no Sismuc
- Lutar contra a violência de gênero
- Dar visibilidade à participação das mulheres nas atividades do Sismuc
- Fortalecer a luta das mulheres para uma melhor qualidade de vida
- Defender a paridade de participação das mulheres na sociedade e nos movimentos: social e sindical
- Institucionalizar no Sismuc o calendário de luta das mulheres
- Criação do coletivo de juventude
- Defesa das políticas públicas para juventude
- Defender a participação efetiva da juventude nos demais espaços sindicais

- Promover ações afirmativas visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades,
- Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legal referente ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial,
- Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência;
- Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública
 - Realizar e apoiar campanhas de valorização da cultura afro-brasileira e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, da memória e as tradições afro-brasileiras
 - Desmitificar o preconceito relativo aos costumes religiosos provindos da cultura africana
 - Lutar pela manutenção da SEPPIR no governo federal e implementação nos âmbitos estadual e municipal
 - Lutar pelo cumprimento de cotas raciais nos concursos públicos da administração municipal de Curitiba e nos processos seletivos internos
 - Organizar e promover formação aos dirigentes sindicais do sindicato no combate ao preconceito e discriminação de lésbicas, gays bissexuais, travestis
 - Formação aos trabalhadores do serviço público municipal para um atendimento sem preconceito ou discriminação a comunidade LGBT
 - Garantir a utilização do nome social nas documentações e identificação funcional
 - Garantia de direitos aos cônjuges no que diz respeito à saúde e previdência do servidor
 - Apoiar a criminalização da homofobia
 - Participar ativamente do Coletivo de Combate à homofobia da CUT
 - Criar campanhas publicitárias de combate à homofobia

Assina essa Tese os Diretores da gestão Nós Fazemos a Luta, abaixo citados:

Adriana Claudia Kalckmam

Alexei Munhoz do Amaral

Alice da Silva

Antonia Ferreira

Augusto Luis da Silva

Casturina da Silva Berquo
Cathia Regina Pinto de Almeida
Dermeval Ferreira da Silva
Deuzelia dos Reis Britto
Dilmara Vaz dos Santos
Elizabeth do Rocio Matheus
Fernando dos Santos de Lima
Geni Fatima da Silva
Giuliano Marcelo Gomes
Ionete de Jesus Lima
Irene Rodrigues dos Santos
João Sales da Silva
Joel Andrade de Campos
Jonathan Faria Ramos
Josiele Farias Barbosa
Jucelia Ribeiro de Mello
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara
Juliano Rodrigo Marques Soares
Jutz Antonio de Oliveira
Katia Aparecida Tomaz Aleixo
Liliane Rute Cotinho
Luiz Barbosa do Nascimento
Luiz Carlos da Silva
Mairi Dolores Alves Menegaço
Maria Aparecida Martins Santos
Maria Cristina Lobo Oliveira
Marina Felisberto
Marlene Aparecida Santos Cazura
Mayara Albuquerque Lirman
Natel Cardoso dos Santos
Osni Cordeiro da Silva
Paula Fernanda Fagundes de Lima
Priscila Chiquitti N. do Nascimento

Rodrigo Fernando Bunese

Rosimeire Aparecida Barbieri

Sandra Ester dos Santos

Silvana Figueiredo Lino

Silvana Claudia do Rego

Soraya Cristina Zgoda

Taise dos Santos Santana

Terezinha de Azevedo Martins

Thais Fernanda Maito